

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 053

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 08 DE MAIO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielese - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 37ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
08 DE MAIO DE 2001**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Luiz Fernandes da Silva Litro e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cesar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Emenda:

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Artigo único - Ficam alteradas as redações do § 2º do artigo 59 e do § 4º do artigo 71 da Constituição do Estado do Paraná, conforme segue:

“Art. 59.....

§ 2º - Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda de mandato será decidida pela Assembléia Legislativa, por voto simbólico ou nominal, e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de partido político representado na Assembléia Legislativa, assegurada ampla defesa.”

“Art. 71....

§ 4º - O veto será apreciado em sessão única, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos deputados, por voto simbólico ou nominal”.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) ALGACI TULIO

Apoiamento:

Ricardo Maia, Tony Garcia, Carlos Simões, Eli Ghellere, Neivo Beraldin, Waldyr Pugliesi, Cesar Silvestri, Renato Gaucho, Augustinho Zucchi, Hermas Brandão, Marcos Isfer, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Fernandes da Silva Litro, Edson Strapasson, Orlando Pessuti e Plauto Miró Guimarães.

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor presidente.

Os deputados estaduais abaixo assinados, vêm por intermédio do presidente, solicitar que a presidência desta Casa de Leis não faça a indicação de membros Legislativos para comporem a Comissão Especial de Investigação, constituída pelo Poder Executivo, sob pena de desautorizar Ato da Assembléia que constitui a Comissão Parlamentar de Inquérito CPI que investiga irregularidades nos sistemas de telefonia fixa e móvel no Estado do Paraná.

Tal solicitação tem como principal fundamento, preservar a integridade do Legislativo, através do preceito constitucional de independência dos Poderes.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(aa) WALDYR PUGLIESI, JOSÉ MARIA FERREIRA, EDSON STRAPASSON, MOYSÉS LEÔNIDAS, LUCIANA RAFAGNIN, ANTONIO ANIBELLI, ADEMIR BIER, LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO, ALGACI TULIO, e AUGUSTINHO ZUCCHI.

INDICAÇÃO

Senhor presidente.

Vimos por intermédio do presente, conforme acordo estabelecido entre as Bancadas do PDT, PL, PSB, PST, PPS para indicar os Deputados Eli Ghelleri e Luiz Carlos Zuk para comporem a Comissão Especial sobre a América Latina Logística, como titular e suplente, respectivamente.

Sendo o que se apresenta para o presente momento, aproveito a oportunidade para renovar votos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(aa) LUIZ CARLOS ZUK - Líder do PDT;
RICARDO MAIA - Líder do PSB; SERAFINA
CARRILHO - Líder do PL; DIVANIR BRAZ
PALMA - Líder do PST e CEZAR SILVESTRI -
Líder do PPS.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1216

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 95/2001, que declara de Utilidade Pública o Centro de Educação Rei Davi, com sede no Município de Cambé.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1218

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 155/2001, de sua autoria, que dispõe sobre os critérios para liberação de cadáver no Instituto Médico Legal - IML do Paraná, para sepultamento”.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 1243

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1249

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 116/2001 referente à denominação da PR-462 trecho que liga os Municípios de Barbosa Ferraz e Iretama como Rodovia Delcídes Constantino Miguel.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 1267

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, conforme disposto no artigo 250, do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o douto Plenário, arquivamento do Projeto de Lei 231/99, de minha autoria, cujo objetivo é proibir a comercialização de armas de fogo no âmbito do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1278

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 167/2000, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) ANTONIO BARATTER

REQUERIMENTO Nº 1273

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, desanexação do Projeto de Lei nº 394/2000, de sua autoria, do Projeto de Lei nº 001/2000, cujo autor é o Deputado Divanir Braz Palma.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei nº 394/2000 prevê a criação do Fundec, estando nele contidos todos os pressupostos necessários à constituição do fundo e a consecução de suas atribuições. O supra citado projeto de lei se distingue do Projeto de Lei nº 001/2000 por ser mais completo, contendo previsão legal abrangente, a ponto de ter sido adotado como substitutivo geral pela Comissão de Segurança Pública, com relações idênticas nos *caputs*, parágrafos e incisos.

Daí as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1266

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, abertura de espaço no Grande Expediente da Sessão Plenária de quarta-feira, dia 09 de maio, para efeito de conferir a palavra do Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e Derivados de Petróleo e Lojas de Conveniência do Estado do Paraná, senhor Roberto Fregonese, que discorrerá sobre a participação daquela entidade em cooperação com os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Adulteração de Combustíveis e da Sonegação Fiscal.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1269

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a realização de Sessão Solene para a entrega do Título de Cidadã Benemerita do Paraná à Senhora Virgínia Leite, em 07/06/2001, às 15h00.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Senhora Virgínia Leite, é Cidadã Benemerita do Estado do Paraná, de acordo com a Lei nº 13038 D.O. nº 5904 de 12/01/2001.

REQUERIMENTO Nº 1270

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o uso do Espaço Cultura desta Casa de Leis, para o lançamento do livro "Rulito e o Anjo Fidelino", da escritora Lídia Dora Fazzini Ferraro, funcionária desta Assembléia Legislativa e membro da Academia Feminina de Letras do Paraná, a ser lançado no dia 07 de julho do corrente ano, às 16h00, sendo que 50% da renda por exemplar vendido, será doado ao Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1198

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, à família da Senhora Idalina Rita Dias, falecida no último dia 03 de maio, no Município de Cidade Gaúcha.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1199

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família do Senhor Ivo Cazarini, falecido no último dia 29 de abril, no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1226

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Delmar Labris da Silva, que ocorreu no último dia 03 de maio.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos familiares através de correspondência a ser encaminhada à viúva senhora Sindiamara Geni Frank da Silva, ao pai Senhor Brasil Ribeiro da Silva e à mãe, Senhora Geni Labris da Silva, na Rua São Paulo, 948, CEP 85884-000, Medianeira - Paraná.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1232

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de pesar à família Milek, pelo falecimento da senhora Ana Kaminski Milek, ocorrido no dia 07 de maio do corrente ano.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à família Milek, através de correspondência a ser encaminhada a Albino e Valério Milek, na Avenida Emílio Johnson, 669, Centro, Almirante Tamandaré - Paraná, CEP 83.501-000

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o regime desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 1260

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento do jovem Diogenes Hadashi Tabuti, ocorrido num trágico acidente no dia 06 de maio do corrente ano, na rodovia BR-116.

Requer ainda que do presente se dê ciência a seus familiares através de seu pai, Senhor Antonio Tabuti, Avenida Paraná, nº 261 - CEP 80860-000 - Jardim Alegre - PR.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1272

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Romão Sovinski, ocorrido no dia 01 de maio.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser encaminhada à viúva, Senhora Hilda Sovinski, Rua Francisco Rocha, 1941, CEP 80710-540, Curitiba - Paraná, e à filha, Senhora Eliane Sovinski, Caixa Postal 97, CEP 85845-000, Vera Cruz do Oeste, Paraná.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1280

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação nos Anais desta Casa, de voto de profundo pesar pelo falecimento do membro da Igreja Assembléia de Deus, da cidade de Boa Vista da Aparecida, presbítero Edinaldo Dantas, bem como seja encaminhada cópia desta proposição a seus familiares, com votos de condolências.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

Recebemos nesta manhã, consternados, a triste notícia de acidente automobilístico que enlutou a cidade de Boa Vista da Aparecida, ceifando prematuramente a vida do presbítero Edinaldo Dantas, pessoa muito querida por toda aquela sociedade. Com o seu trabalho levou a palavra de Deus aos mais diversos cantos da região Oeste do Estado. Deixa em Boa Vista da Aparecida muitas saudades e uma lacuna que jamais será preenchida, face o carinho e dedicação dispensado a toda aquela comunidade, razão pela qual não poderíamos deixar de fazer uma última homenagem registrando nos Anais desta Casa os nossos profundos sentimentos pelo seu falecimento.

REQUERIMENTO Nº 1282

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação nos Anais desta Casa, de voto de profundo pesar pelo falecimento do membro da Igreja Assembléia de Deus, da cidade de Boa Vista da Aparecida, presbítero Geraldo Gomes da Silva, bem como seja encaminhada cópia desta proposição a seus familiares, com votos de condolências.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

Recebemos nesta manhã, consternados, a triste notícia de acidente automobilístico que enlutou a cidade de Boa Vista da Aparecida, ceifando prematuramente a vida do presbítero Geraldo Gomes da Silva, pessoa muito querida por toda aquela sociedade. Com o seu trabalho levou a palavra de Deus aos mais diversos cantos da região Oeste do Estado. Deixa em Boa Vista da Aparecida muitas saudades e uma lacuna que jamais será preenchida, face o carinho e dedicação dispensado a toda aquela comunidade, razão pela qual não poderíamos deixar de fazer uma última homenagem registrando nos Anais desta Casa os nossos profundos sentimentos pelo seu falecimento.

REQUERIMENTO Nº 1283

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais REQUER, após ouvido o

douto Plenário, a consignação nos Anais desta Casa, de voto de profundo pesar pelo falecimento do membro da Igreja Assembléia de Deus, da cidade de Boa Vista da Aparecida, pastor Maurílio Alves Vieira, bem como seja encaminhada cópia desta proposição a seus familiares, com votos de condolências.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

Recebemos nesta manhã, consternados, a triste notícia de acidente automobilístico que enlutou a cidade de Boa Vista da Aparecida, ceifando prematuramente a vida do pastor Maurílio Alves Vieira, pessoa muito querida por toda aquela sociedade. Com o seu trabalho levou a palavra de Deus aos mais diversos cantos da região Oeste do Estado. O pastor Maudílio deixa em Boa Vista da Aparecida muitas saudades e uma lacuna que jamais será preenchida, face o carinho e dedicação dispensado a toda aquela comunidade, razão pela qual não poderíamos deixar de fazer uma última homenagem registrando nos Anais desta Casa os nossos profundos sentimentos pelo seu falecimento.

REQUERIMENTO Nº 1196

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Arquidiocese de Curitiba, pelos seus 75 anos de existência, a ser comemorado no dia 10 de maio de 2001.

Requer, ainda, que se dê ciência deste requerimento à Cúria Metropolitana.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1206

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro de votos de congratulações à escritora Patrícia Marcondes de Barros pelo lançamento do livro "Panis et circenses: a idéia de nacionalidade no Movimento Tropicalista", verificado no último dia 27 de abril, na Livraria Bom Livro em Londrina.

Requer ainda que do presente se dê ciência à homenagem, através de correspondência a ser encaminhada ao Departamento de Ciência Sociais da Universidade Estadual de Londrina - UEL, Caixa Postal nº 6001, CEP 86051-990/ Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição vem parabenizar a escritora Patrícia Marcondes de Barros, ex-aluna da Universidade Estadual de Londrina (UEL), pela obra literária "Panis et circenses: a idéia de nacionalidade no Movimento Tropicalista", que vem se somar ao valioso acervo de autores

paranaenses. O trabalho que ora citamos é importante, não apenas pelo seu teor e pela arte da composição das letras, mas pela sua contribuição para a elevação da produção literária no Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1207

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro de votos de congratulações à escritora Cristiane Yuri Toma pelo lançamento do livro “A Experiência feminina Dekassegui: um olhar sobre a subjetividade no processo migratório”, verificado no último dia 27 de abril, na Livraria Bom Livro em Londrina.

Requer ainda que do presente se dê ciência à homenageada, através de correspondência a ser encaminhada ao Departamento de Ciência Sociais da Universidade Estadual de Londrina - UEL, Caixa Postal nº 6001, CEP 86051-990/ Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição vem parabenizar a escritora Patrícia Marcondes de Barros, ex-aluna da Universidade Estadual de Londrina (UEL), pela obra literária “A Experiência Feminina Dekassegui: um olhar sobre a subjetividade no processo migratório”, que vem se somar ao valioso acervo de autores paranaenses. O trabalho que ora citamos é importante, não apenas pelo seu teor e pela arte da composição das letras, mas pela sua contribuição para a elevação da produção literária no Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1208

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro de votos de congratulações ao escritor Mário Sérgio Lepre pelo lançamento do livro “Caos Partidário Paranaense”, verificado no último dia 27 de abril, na Livraria Bom Livro em Londrina.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência, na Rua Francisco Marcelino da Silva, nº 355, CEP 86047-160/Londrina - PR.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição vem parabenizar o escritor Mário Sérgio, ex-aluno da Universidade Estadual de Londrina (UEL), pela obra literária “Caos Partidário Paranaense”, que vem se somar ao valioso acervo de autores paranaenses. O trabalho que ora citamos é importante, não apenas pelo seu teor e pela arte da composição das letras, mas pela sua contribuição para a elevação da produção literária no Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1209

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro de votos de congratulações ao escritor e professor da Universidade Estadual de Londrina-UEL Ronaldo Baltar, pelo lançamento do livro “O Ponto Morto”, verificado no último dia 27 de abril, na Livraria Bom Livro em Londrina.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada ao Departamento de Ciência Sociais da Universidade Estadual de Londrina - UEL, Caixa Postal nº 6001, CEP 86051-990/ Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição vem parabenizar a escritor Ronaldo Baltar, professor da Universidade Estadual de Londrina (UEL), pela obra literária “O Ponto Morto”, que vem se somar ao valioso acervo de autores paranaenses. O trabalho que ora citamos é importante, não apenas pelo seu teor e pela arte da composição das letras, mas pela sua contribuição para a elevação da produção literária no Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1210

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações ao Senhor Abdo Aref Kudri, alusivos ao Dia Mundial de Liberdade da Imprensa, comemorado no último dia 03 de maio do corrente ano.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Abdo Aref Kudri, através de correspondência a ser encaminhada na Rua Marechal Deodoro, 857 - Conjunto 1305, CEP 80060-010, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1211

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações à Rádio CBN de Curitiba, alusivos ao seu 6º aniversário, comemorado no último dia 05 de maio do corrente ano.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao seu Diretor Superintendente, Senhor João Thomaz d'Aquino, através de correspondência a ser encaminhada na Rua Oiapoque, 649 - CEP 80050-450, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1212

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Sinclapol - Sindicato das Classes Policiais do Estado do Paraná, pela eleição de sua nova diretoria.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Sinclapol - Sindicato das Classes Policiais do Estado do Paraná elegeu, dia 05 de maio do corrente sua nova diretoria, numa disputada eleição em que estavam inscritas duas chapas: Consolidação e Renascer. Com uma votação de 387 votos contra 244, a chapa Consolidação foi a vencedora, ficando a nova diretoria assim composta:

Presidente: Luiz Alberto Franco Bordenowski

Primeiro vice-presidente: Oscar Augusto Lewin

Segundo vice-presidente: Wilson Monteiro

Secretário geral: Wilmar de Marino Brasil Júnior

Primeira secretária: Lindamir do Carmo Brandino

Segundo secretário: Antonio Silva dos Santos

Tesoureiro geral: Marcos Tempel Mesquita

Primeiro tesoureiro: Osvaldo Tadeu Vieira

Segundo tesoureiro: Júlio Cezar B. Hernandez

Diretor de Departamento de Assuntos Jurídicos e Negociações Coletivas: Jorge Luiz Garret

Membro: Luiz Carlos Durieux

Diretor do Departamento de Comunicações: Alaor Gomes dos Santos

Membro: Terêncio de Lima

Diretor do Departamento de Imprensa: João Carlos Costa

Membro: Jorge Luiz de Lima

Diretor do Departamento de Informática: Renato Gonçalves

Membro: César Napoleão Casimir Neto

Diretor do Departamento de Assuntos Previdenciários e do Aposentado: Rodolfo Friederich

Membro: Maria José Nascimento da Silveira

Diretor do Departamento Social: José Maria Chaves

Membro: Rubens de Souza Cancela Júnior

Diretor do Departamento de Organização: Roberto Ramires Pereira

Membro: João Victor Leonço dos Santos

Diretor do Departamento de Formação Social: Antonio Carvalho

Membro: Doutor Rubens Recalcati

Diretor do Departamento Sócio-econômico: Schumann Melo Viana

Suplente: Fioravante dos Santos

Diretor do Departamento de Relações Político-Sindicais: Josemar Fagundes da Silva

Membro: Olivo Dalla Santa

Conselho Fiscal

Presidente: Almir Fernandes

Membros: Jorge Roberto Lopes, Roberto Rodrigues, Iara do Rocio Vaz, Ângelo Marcos Dal'Negro, Hélio Edison da Cruz.

Conselho de Representantes

Presidente: Miguel Gumiero

Membros: Benedito Jesus de Lima, Célia Zuleide Januzzi, Nelson Sabag.

Delegacias Sindicais

Paranavaí: Terêncio de Lima

Ponta Grossa: Sérgio Miara

Maringá: Valter de Souza

Jacarezinho: Arnaldo Abujanra

Paranaguá: Francisco de Assis Silva

Foz do Iguaçu: Oscar Augusto Lewin.

À toda a nova diretoria eleita, desejando sucesso na caminhada, receba o Sinclapol (Rua Cidade dos Curitibanos, 240 - Campo Comprido, Conjunto Moradias Augusta - Curitiba-PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1213

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto plenário, o envio de votos de congratulações à empresa Trombini, pela comemoração de seus 60 anos.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A empresa Trombini Embalagens está comemorando 60 anos. Fundada em 1941 é a maior produtora de caixas de papelão ondulado do Sul do Brasil. A empresa dedica-se à produção de caixas de papelão ondulado e sacos de papel multifolhado perfeitamente adequados à necessidade de embalagens do transporte ao armazenamento, ao empilhamento, manuseio dos produtos de cada cliente.

Iniciou suas atividades no município paranaense de Morretes, que ao longo dos anos foi passando por transformações e ampliação de atividades. Foi porém em 1962 que a Trombini atingiu sua era industrial, 21 anos depois de empenho no setor de comércio e representações de papéis, onde conseguiu destaque representando produtos consagrados e distribuídos nos mercados do Paraná e Santa Catarina. De lá para cá, a empresa cresceu espantosamente.

São cinco fábricas produzindo em Curitiba (papel reciclado, sacos de papel e caixas de papelão ondulado); Fraiburgo (celulose e papel); Canela (papel reciclado) e Farroupilha (caixas de papelão ondulado). As unidades de Curitiba e Farroupilha estão dotadas de equipamentos de última geração e da mais elevada capacitação técnica para assegurar ágil e pleno atendimento ao mercado, em todo o território nacional. Também em Curitiba são produzidos sacos de papel multifolhados com um volume que coloca a empresa como uma das maiores fabricantes do País.

Pela comemoração de seus gloriosos 60 anos, ocasião em que comemora também a premiação com o ISO 9001, receba a Trombini Embalagens, através de seu Diretor, Ricardo Trombini (Rua J. Casagrande, 803 - Curitiba - PR), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1214

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à empresa Leão Júnior, pela comemoração de seus 100 anos.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A empresa Leão Júnior está comemorando 100 anos de existência. Fundada em 08 de maio de 1901, quando Ermelino de Leão Júnior decidiu construir uma indústria para beneficiar a erva-mate.

Por volta dos anos 20, o volume exportado pela empresa chegou a 5 mil toneladas por ano. No final da década de 30 lançou o mate tostado no mercado brasileiro, trazendo uma solução prática para os hábitos da época. Esta solução acabou garantindo a sobrevivência da empresa, já que o mercado interno foi gradualmente substituindo o mercado externo que no final de 40 começou a diminuir. Nesta época, a produção dos principais clientes nacionais do produto havia aumentado e coberto o consumo local. Na década de 50 surge o costume de tomar chá-mate gelado nas praias do Rio de Janeiro. No final da década de 80 lançou a linha de chás prontos para beber em garrafas, pets e copos.

A marca Leão é das mais conhecidas do nosso País e líder de mercado nacional. Aqui no Paraná é de dentro de casa de quase todos os paranaenses. Com uma grande linha de produtos que vão desde a tradicional caixinha cor de laranja com o leão estampado (quem não a conhece?) às modernas garrafas plásticas (pets), a Leão Júnior está na vida dos brasileiros.

Atualmente com 900 funcionários, possui três fábricas e comercializa 72 produtos no mercado brasileiro. Além dos chás-mate a Leão Júnior também investe em especiarias com distribuição exclusiva no Brasil de produtos de marca francesa Drucos, do Grupo McCormick.

Pela comemoração de seus gloriosos 100 anos, receba a empresa Leão Júnior, através de seu presidente Ivo Leão Júnior (Avenida Presidente Getúlio Vargas, 253 - Curitiba - PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1215

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao

Arcebispo Dom Pedro Fedalto, pela comemoração de 75 anos da Arquidiocese de Curitiba.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Arquidiocese de Curitiba está completando nesta semana seus 75 anos. Foi formada em 10 de maio de 1926 e já teve quatro Arcebispos: Dom João Francisco Braga foi o primeiro, atuando entre 1926 a 1935. Segundo os relatos históricos, mesmo sendo nobre, desde que resolveu seguir a carreira religiosa Dom João viveu com extrema simplicidade. Com a herança da família, construiu o prédio da Cúria Metropolitana. Amigo do presidente do Paraná à época, Caetano Munhoz da Rocha, incentivou a construção do Sanatório São Sebastião, na Lapa, para atender os tuberculosos e em Piranguara, para os leprosos; o Hospital Oswaldo Cruz, para vítimas de doenças contagiosas; o Asilo São Vicente de Paulo; e o Educandário Caetano Munhoz da Rocha. No seu tempo também foram abertos 20 colégios católicos.

O segundo Arcebispo foi Dom Áttico Eusébio da Rocha, que ficou entre 1938 e 1950. Destacou-se como Arcebispo da Juventude, sendo responsável pela construção do Seminário de São José, mais tarde Seminário Rainha dos Apóstolos. Fundou a obra das vocações sacerdotais, a Federação das Congregações Marianas, o Círculo Operário Católico e a Ação Católica. O terceiro Arcebispo foi Dom Manuel da Silveira D'Elboux, que ficou na Arquidiocese entre 1950 a 1970. Suas principais obras foram a criação de nove dioceses, 53 paróquias e da Universidade Católica do Paraná. Obteve concessões para seis rádios católicas e fundou o jornal "Voz do Paraná". Estabeleceu e acolheu 48 congregações religiosas, sendo 18 masculinas e 30 femininas.

O atual Arcebispo assumiu em 1971. Dom Pedro destaca como principais acontecimentos destes 30 anos as Santas Missões Populares, a vinda do Papa João Paulo II a Curitiba, as 12 crismas realizadas no ano santo de 98, os 40 missionários enviados no ano passado e o Sínodo da Igreja. Dom Pedro também criou 74 novas paróquias, ordenou 74 padres diocesanos, acolheu 72 congregações femininas e masculinas. Foram construídas também 47 novas igrejas.

A Arquidiocese de Curitiba, aos 75 anos atende cerca de 2,8 milhões de pessoas em 151 paróquias, desenvolvendo um trabalho junto à comunidade, especialmente a mais carente.

Pela comemoração de seus gloriosos 75 anos, receba a Arquidiocese de Curitiba, através do Arcebispo Dom Pedro Fedalto (Rua Jaime Reis, 369 - Curitiba/PR), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1223

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido

o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Coronel QOPM Gilberto Foltran, alusivos à ascensão ao cargo de comandante geral da Polícia Militar do Paraná, cuja solenidade de passagem de cargo ocorrerá na data de hoje.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência ao Quartel do Comando Geral, localizado nesta capital, na Avenida Marechal Floriano Peixoto nº 1401, Rebouças, CEP 80230-110.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 1225

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Santa Rita D'Oeste - ACISAR, alusivos à realização da Festa do Trabalhador, que ocorreu no último dia 06 de maio.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência à presidente, Senhora Rosani Inês Wagner de Andrade, através de correspondência à Avenida Presidente Costa e Silva, 95, CEP 85990-000, Terra Roxa - Paraná.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1227

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Associação Comercial, Industrial de Matelândia - ACIMA, alusivos à posse da nova diretoria para Gestão 2001, que ocorreu no último dia 04 de maio.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao presidente, Senhor Dario Cozer através de correspondência a ser encaminhada a Rua Manoel Ribas, s/nº CEP 85887-000, Matelândia - Paraná.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1228

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Conselho de Desenvolvimento Agropecuário - CDA, alusivos à posse da nova diretoria, que ocorreu no último dia 03 de maio.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao presidente, Senhor Wilson J. Zonin, através de correspon-

dência a ser encaminhada a Rua Rio de Janeiro, 807 CEP 85960-000, Marechal Cândido Rondon - Paraná.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1229

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de votos de congratulações à família do jogador de futebol do Bahia Esporte Clube, Carlos Eduardo Casagrande - "Preto", pela conquista do título da Copa Nordeste de Futebol.

Requer ainda, que desta decisão, seja cientificado o Senhor Antônio Casagrande, pai do jogador, no Hotel Plaza Cascavel Ltda., na Rua 7 de setembro, 3055, Cascavel - Paraná.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) ANTONIO BARATTER

JUSTIFICATIVA:

O time do Bahia Esporte Clube sagrou-se campeão no último dia 28 de abril, da Taça Nordeste de Futebol, ao vencer o time do Sport Clube Recife por 3 a 1.

O jogador Carlos Eduardo Casagrande, atuou nesta partida, marcando o primeiro gol e dando o passe para o segundo. Foi considerado por todos os jornais da Bahia e pelos cronistas esportivos daquele Estado, o melhor jogador em Campo.

Casagrande, mais conhecido como Preto, nasceu em Cascavel, no dia 07.05.75, filho de Darci Casagrande e Zaira H. Casagrande, recentemente casado com Raquel Brito Casagrande. "Preto" joga no meio campo e iniciou sua carreira nas categorias de base do Clube Recreativo Vasco da Gama do Rio de Janeiro, tendo sido inclusive convocado para a seleção brasileira sub-17 em 1992, quando participou de um torneio na Venezuela.

De 1996 a 1999 jogou no Esporte Clube Vitória da Bahia, onde foi bicampeão estadual 97/99, vice-campeão da Taça Nordeste 97/99, campeão da Taça Valadollid. Em 1998 foi eleito o melhor jogador do campeonato baiano e da Taça Nordeste na sua posição. Em 1999 chegou às semifinais do campeonato brasileiro.

No ano de 2000 seu passe foi vendido para o Vitória S. C. Guimarães, time de Portugal, onde atuou todo o ano.

No início de 2001 voltou para o Brasil, jogando agora no arqui-rival do seu ex-time, o Bahia Esporte Clube. Mostrando toda a sua estrela, já foi campeão na sua primeira competição, a Taça Nordeste, quando foi considerado o melhor jogador da final por todos os cronistas esportivos da Bahia.

Diante do exposto, solicito o voto favorável dos nobres pares, para realizar esta justa homenagem ao jogador e toda a sua família, especialmente o Darci Casagrande, "Tchê", empresário do ramo hoteleiro bem sucedido e muito querido por todo o povo de Cascavel.

REQUERIMENTO Nº 1235

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos à Arquidiocese de Curitiba, pela passagem de seu 75º aniversário.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Dom Pedro Fedalto, Arcebispo Metropolitano de Curitiba.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Arquidiocese de Curitiba foi criada em 10 de maio de 1926, pelo Papa Pio XI, portanto, comemoramos o Jubileu de Diamante.

Dom João Francisco Braga foi o primeiro arcebispo, atuando entre 1926 e 1935. Segundo os relatos históricos, mesmo sendo nobre, desde que resolveu seguir a carreira religiosa, Dom João viveu com extrema simplicidade. Com a herança da família, construiu o prédio da Cúria Metropolitana. Amigo do presidente do Paraná na época, Caetano Munhoz da Rocha, incentivou a construção do Sanatório São Sebastião, na Lapa, para atender os tuberculosos, e em Piraquara, para os leprosos; o Hospital Oswaldo Cruz, para vítimas de doenças contagiosas; o Asilo São Vicente de Paulo; e o Educandário Caetano Munhoz da Rocha. No seu tempo, também foram abertos 20 colégios católicos.

O segundo arcebispo foi Dom Ático Eusébio da Rocha, que ficou entre 1938 e 1950. Destacou-se como arcebispo da juventude, sendo responsável pela construção do Seminário São José, mais tarde Seminário Rainha dos Apóstolos. Fundou a obra das vocações sacerdotais, a Federação das Congregações Marianas, o Círculo Operário Católico e a Ação Católica. O terceiro arcebispo foi Dom Manuel da Silva D'Elboux, que ficou na arquidiocese entre 1950 e 1970. Suas principais obras foram a criação de nove dioceses, 53 paróquias e da Universidade Católica do Paraná. Obteve concessões para seis rádios católicas e fundou o jornal A Voz do Paraná. Estabeleceu e acolheu 48 congregações religiosas, sendo 18 masculinas e 30 femininas.

O atual arcebispo assumiu em 1971. Dom Pedro destaca como principais acontecimentos destes 30 anos as Santas Missões Populares, a vinda do Papa João Paulo II a Curitiba, as 12 mil crismas realizadas no ano santo de 98, os 40 mil missionários enviados no ano passado e o Sínodo da Igreja. Dom Pedro também criou 74 novas paróquias, ordenou 74 padres diocesanos, acolheu 72 congregações femininas e masculinas. Foram construídas também 47 novas igrejas.

A história da humanidade é a história da própria religião. Em todos os tempos o homem reverenciou o Ser Supremo. Como poderemos constatar, os maiores heroísmos e as mais santas dedicações nascem entre os que praticam piedosamente a religião. A religião é uma

necessidade para o homem. Ela lhe explica a sua origem, a razão e o fim de sua existência. É na religião que nós encontramos o lenitivo para as nossas dores e consolo para os nossos desconfortos.

Nosso Arcebispo Metropolitano de Curitiba, Dom Pedro Fedalto, Sua Excelência Reverendíssima é portador não só da palavra divina, mas o exemplo vivo das virtudes cristãs. A sua piedade, a sua abnegação ecoa sempre entre nós, não nos sendo portanto, desconhecida a auréola de santidade que lhe nimba a fonte.

A ação de Sua Excelência Reverendíssima, tanto na esfera religiosa como no campo do amparo social, é um penhor seguro de conforto para as almas que se acham sob sua jurisdição eclesiástica.

Orgulha-se, portanto, este parlamentar, em poder fazer constar nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para legar aos pósteros a importante passagem do Jubileu de Diamante da Arquidiocese de Curitiba.

REQUERIMENTO Nº 1236

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à firma Leão Júnior S/A, pela passagem do centenário de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência aos diretores da mencionada firma, para que recebam e transmitam a todos os colaboradores as homenagens da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No dia 08 de maio de 1901, iniciou-se a história da firma Leão Júnior S/A, quando Ermelino de Leão Júnior, decidiu construir uma indústria para beneficiar a erva-mate. Até hoje nas mãos da família, tornou-se líder no mercado, detendo atualmente 85% das vendas de mate e 66% do mercado de chás em todo o Brasil, faturando no último ano R\$107 milhões com a perspectiva de um aumento de 8% para este ano. Os números realmente impressionam. A missão não é nada fácil, principalmente pela necessidade de imprimir rapidez no desfecho das demandas sem comprometer as qualidades dos produtos. Para chegar a esse resultado, entretanto, foi necessário percorrer uma longa e difícil caminhada pela família sempre unida.

A trajetória da Leão Júnior, se confunde com a cultura da erva-mate, constituindo-se como uma das mais importantes do Paraná, para orgulho de todos nós paranaenses, graças à inteligente condução dos trabalhos de todos os familiares e colaboradores para manter a tradição sempre com a pessoa certa, no lugar certo e na hora certa.

A família Leão Júnior está firmemente determinada a fortalecer o exercício da atividade produtora e

beneficiadora da erva-mate, dando especial atenção ao lançamento de novos produtos como o leãozinho que traz a marca do centenário do grupo com uma campanha que, além de colocar uma nova linha no mercado, também irá para as escolas contar a história do mate no Brasil. O leãozinho é uma bebida dedicada às crianças. Outro produto comemorativo dos 100 anos, é a caixa de metal com o mate a granel.

A maior ou menor intensidade do parque industrial de um povo é o índice mais seguro de seu progresso. Só os povos civilizados possuem indústria. Só os povos que possuem indústria própria podem se considerar economicamente independentes. Os povos que não possuem essa alavanca propulsora da riqueza permanecerão eternos caudatários dos países industrializados.

Eis por que muito temos que louvar a família Leão Júnior. Está, pois, de parabéns. De parabéns estão todos aqueles que contribuíram para alcançar o centenário dessa importante indústria. Seus organizadores pela prova de visão.

Finalmente, vamos evocar a figura humana e o legado do idealizador e fundador da firma: "Ermelino de Leão Júnior". Nossa mais forte convicção é a de estarmos diante de um verdadeiro baluarte, o que nos ajuda a compreender dilemas humanos de 1901 até hoje, iluminando também toda a trajetória da família e todos os seus 900 colaboradores rumo ao amanhã.

Orgulha-se, portanto, este parlamentar em poder fazer constar nos anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para legar aos pósteros a importante passagem do centenário de fundação da firma Leão Júnior S/A.

REQUERIMENTO Nº 1242

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de congratulações à Força Expedicionária pela comemoração dos 56 anos do Dia da Vitória.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Comemora-se hoje o Dia da Vitória - há 56 anos as tropas aliadas invadiam a costa da Normandia, na França, dando início à ofensiva aliada que pôs fim à dominação nazista na Europa durante a Segunda Guerra Mundial.

Em 1942 depois de navios brasileiros serem atacados pelos alemães, o país declarou estado de guerra contra a Alemanha e Itália. Um ano depois, foi criada a Força Expedicionária Brasileira (FEB), que enviou 25.334 soldados para os combates na Europa, sendo 1,5 mil paranaenses.

Foram 239 dias de batalhas com vitórias importantes no Sul da Itália obtidas pelos combatentes brasileiros. O conflito terminou em agosto de 1945, quando o Japão se rendeu após a destruição das cidades Naga-

saki e Hiroshima pela bomba atômica. A guerra envolveu 61 países, deixando um saldo de 50 milhões de mortos, entre eles, 465 combatentes brasileiros, 12 deles paranaenses.

É uma área, sem dúvida, que deve ser comemorada, pois destaca o heroísmo dos soldados brasileiros e, para nós, que enviamos paranaenses para a memorável batalha, é motivo de muito orgulho.

Pela comemoração do Dia da Vitória, receba a Força Expedicionária (Praça do Expedicionário, s/nº - Curitiba) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1246

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao município de Maringá/PR, alusivos à comemoração do 54º aniversário de emancipação política, que ocorrerá no próximo dia 10 de maio.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao prefeito municipal, Senhor José Cláudio Pereira Neto, através de correspondência (Avenida XV de Novembro nº 701, CEP 87013-230, em Maringá - Paraná).

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 1248

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhada à Associação Comercial e Industrial de Matelândia (Acima), votos de congratulações pela posse da nova diretoria.

A nova diretoria, que tem como presidente o empresário Dario Cozer, tomou posse no último dia 4 e ficará à frente da Acima na gestão 2001/2002.

A Acima reúne dezenas de empresas do município de Matelândia e vem implementando ações para o fortalecimento das atividades da indústria e comércio daquela cidade.

A presente proposição tem o objetivo de, através da manifestação da Assembléia Legislativa do Paraná, parabenizar a nova diretoria e tornar público o reconhecimento a quem, de forma meritória, trabalha em favor do engrandecimento do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 1257

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações ao Conselho Regio-

nal de Serviço Social, alusivo ao Dia do Assistente Social, a ser comemorado no dia 15 de maio.

Requer ainda que do presente se dê ciência à sua presidente, Senhora Márcia Terezinha de Oliveira, a ser encaminhada à Rua Monsenhor Celso, 243, salas 1 e 6 - 2º andar - CEP 80010-150, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1258

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações à Federação da Indústria do Estado do Paraná - FIEP, alusivo ao Dia da Indústria, que será comemorado no dia 25 de maio do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência a seu presidente, Senhor José Carlos Gomes de Carvalho, a ser encaminhada à Avenida Cândido de Abreu, 200, 6º andar - CEP 80530-902, Curitiba, PR.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1259

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações ao Município de Cantagalo, pela passagem do seu 19º aniversário de emancipação político-administrativa, a ser comemorado no dia 12 de maio do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Prefeito Municipal em exercício Télcio Granemann Fritz, e ao presidente da Câmara Municipal, Vereador Pedro Clarismundo Borelli, à Rua Cinderela, 379 - CEP 85000-000, Cantagalo - PR.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1261

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações ao Município de Virmond pela passagem do seu 10º aniversário de emancipação político-administrativa, a ser comemorado no dia 17 de maio do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Prefeito Municipal Osmar Luiz Palinski, e ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Neimar Granoski, à Av. XV de Novembro, s/n - CEP 85390-00, Virmond - PR.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1262

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações ao Conselho Regional de Enfermagem do Paraná, alusivo ao Dia do Enfermeiro, a ser comemorado no dia 12 de maio.

Requer ainda que do presente se dê ciência à sua presidente, Senhora Jurandy Kern Barbosa, a ser encaminhada à Rua XV de Novembro, 279, 7º andar - CEP 80020-921, Curitiba, PR.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1263

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro de votos de congratulações ao Rotary Clube Arapongas Maracanã, pela comemoração do seu 30º aniversário de fundação.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Conselho Diretor do Rotary Clube Arapongas Maracanã, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Drongo, 86, CEP 86701-220 - Arapongas-PR.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

Durante três décadas o clube vem prestando valiosos serviços a comunidade, sempre com a finalidade de proporcionar uma vida mais digna aos cidadãos. O clube sempre seguiu, com determinação, sua nobre direção através do trabalho espontâneo e voluntário influenciado positivamente a vida de pessoas e localidades. Sinto-me diretamente e sentimentalmente ligado ao Rotary Club Arapongas Maracanã pela honra de ter sido um dos seus sócios fundadores.

REQUERIMENTO Nº 1276

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações ao Doutor Albino de Brito Freire, pela posse na Academia Paranaense de Letras, na cadeira nº 21, ocorrido no dia 7 de maio do corrente ano, nas dependências do Clube Curitibano, nesta Capital.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao escritor através de correspondência a ser encaminhada à Alameda Júlio da Costa, 1417 - ap. 102 - CEP 80730-070, Curitiba, PR.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1275

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, REQUER registro nos Anais da Assembleia Legislativa da Moção nº 003/2001, da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, contra a atuação do secretário de Estado da Segurança Pública, nos seguintes termos:

“Moção nº 003/2001 - Protesto Contra a Atuação do Secretário de Estado da Segurança Pública.

Autor: vereador Vilmar Andreola

Vereadores com assento na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, que esta subscrevem vêm por meio deste instrumento legal Protestar junto ao Governador do Estado do Paraná, Excelentíssimo Senhor Jaime Lerner, visando providências urgentes quanto à omissão e falta de medidas enérgicas do titular da pasta da Secretaria de Estado da Segurança Pública - José Tavares da Silva Neto - no combate à marginalidade e falta de segurança na grande maioria dos municípios paranaenses, com enfoque especial à cidade de Foz do Iguaçu, que, de orgulhoso Pólo Turístico da Nação, de reconhecimento internacional, passou a ser caracterizada como uma das cidades mais violentas e fora de controle do País, alcançando o triste recorde nas estatísticas em número de homicídios/assaltos e toda sorte de ilícitos, praticados à luz do dia em plenas vias públicas contra uma população indefesa, amedrontada e os poucos turistas que ainda se aventuram a visitar a Terras das Cataratas.

A terra das cataratas, menina dos olhos da Tríplice Fronteira, detentora de imensuráveis belezas naturais, somadas às que o homem construiu, assiste impotente seu patrimônio - o turismo - carro-chefe da economia, ser destruído em razão da violência desenfreada que domina o cotidiano de uma cidade que hoje é comandada por marginais e bandidos impunes.

A comunidade de Foz do Iguaçu desesperada e amedrontada clama por um basta nesta situação que já beira às raias do insuportável, apelando por providências urgentes e cabíveis da autoridade competente, através da substituição do atual detentor da pasta da Secretaria de Estado da Segurança Pública por um pulso forte e decidido, capaz de devolver a segurança e tranquilidade que o povo tanto almeja e merece.

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

Assinam:

Vereadores Vilmar Andreola, Cleuza Picouto, Daniel Dois Mil, Chico Brasileiro, Dilton Vitorassi, Nilton Nadai, Ademar Hajak, Professor Sérgio de Oliveira, Ney Patrício, Edson Mezomo, Adilson Rabelo, Marcelino Moura, Eliseu Ferreira, Rozily de Freitas, Maxciel Pedroni, Arival Malaquias, Hermógenes de Oliveira”.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO N° 1281

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Juan Ramon Aviles. MD presidente da Telepar Brasil Telecom, solicitando a ampliação da central telefônica da localidade de São Judas Tadeu em mais 40 terminais, e a instalação de uma Central Telefônica com 30 terminais na Comunidade de Marco Três, do município de São Pedro do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 07.05.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

Segundo temos conhecimento, a Telepar Brasil Telecom, está executando serviços de instalação de fibra ótica no distrito de São Francisco, em São Pedro do Iguaçu, cujas linhas passarão dentro da localidade de São Judas Tadeu, distante apenas 1500 metros da Comunidade Marco Três, fato que reduzirá significativamente o custo de instalação de mais terminais em São Judas, e da implantação de uma central telefônica em Marco Três, que são aguardados com ansiedade por toda aquela população, melhorando assim a qualidade dos serviços prestados pela Companhia.

REQUERIMENTO N° 1284

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor José Tavares, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando o aumento do efetivo do destacamento da Polícia Militar, do município de Santa Terezinha de Itaipu.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma cidade com a população de aproximadamente 18000 habitantes, contado com um efetivo policial militar de apenas 12 homens, número insuficiente para atender as necessidades do município, que por situar-se próximo à cidade de Foz do Iguaçu, vem sentindo as conseqüências, diante da elevada criminalidade que atinge aquela comunidade e se estende até Santa Terezinha de Itaipu.

Diante dessa realidade, pessoas das mais diversas origens se instalam na cidade, aumentando, com isso e a cada dia, as ocorrências policiais, e por carência de estrutura de segurança vem gerando intranquilidade àquela população. Assim, é imprescindível um acréscimo no contingente militar, de pelo menos mais 24 policiais, para que o comando local, em conjunto com a polícia civil possa somar forças e executar constantemente um trabalho ostensivo e de prevenção ao crime em todos os cantos da cidade.

REQUERIMENTO Nº 1219

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o douto Plenário, em regime de urgência, respeitosamente, REQUER, envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Paulo Y. Kawahara, Diretor-Presidente da Comec, solicitando cópias dos termos de convênios entre a referida Coordenação e a URBS, para operacionalização do Sistema de Transporte Coletivo na Região Metropolitana de Curitiba.

Justifica-se tal solicitação para que esta Casa Legislativa tenha conhecimento dos termos da concessão firmada entre a Comec e URBS, para operacionalização do transporte coletivo, conforme supra citado.

Termos em que, pede e espera deferimento, nos termos regimentais.

Sala das Sessões, 08.05.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 1200

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao chefe da Defesa Civil, Excelentíssimo Senhor Major QOPM Sérgio Gonçalves de Oliveira, solicitando que seja regulamentada a divulgação das condições meteorológicas no Estado do Paraná, no sentido de que intempéries que porventura possam causar prejuízos à população (a exemplo da ressaca ocorrida no último final de semana no litoral paranaense), sejam divulgadas com a máxima antecipação, pela imprensa escrita, falada e televisada, em caráter de utilidade pública.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 1202

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Carlos Gomes Carvalho, Mui Digno Secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, solicitando a inclusão do Município de Engenheiro Beltrão, no programa Banco Social, desenvolvido em parceria com a SEFA; SERT; Agência do Paraná S/A e o Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa.

A proposta em questão pretende garantir crédito facilitado a microemprededores, formais e informais, que têm dificuldades de acesso às linhas tradicionais de financiamento, bem como, multiplicar as oportunidades de trabalho no município.

De acordo com o programa do Banco Social, os artesões, prestadores de serviços, os micronegócios familiares, agroindustriais artesanais familiares, os autônomos, as microempresas formais, associações ou cooperativas poderão tomar empréstimos a custo bem

menores que os do mercado, sem correção monetária e sem taxa de administração, motivo pelo qual reivindicamos a inclusão do Município neste Programa de tão importante alcance social.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Euclides Saqueti, Prefeito Municipal (Avenida Manoel Ribas, 160) e o Presidente da Câmara Municipal (Avenida Manoel Ribas, 160) CEP 87270-000.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1203

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Carlos Gomes Carvalho, Mui Digno Secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, solicitando a inclusão do Município de Cruzeiro do Oeste, no programa Banco Social, desenvolvido em parceria com a SEFA; SERT; Agência do Paraná S/A e o Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa.

A proposta em questão pretende garantir crédito facilitado a microemprededores, formais e informais, que têm dificuldades de acesso às linhas tradicionais de financiamento, bem como, multiplicar as oportunidades de trabalho no município.

De acordo com o programa do Banco Social, os artesões, prestadores de serviços, os micronegócios familiares, agroindustriais artesanais familiares, os autônomos, as microempresas formais, associações ou cooperativas poderão tomar empréstimos a custo bem menores que os do mercado, sem correção monetária e sem taxa de administração, motivo pelo qual reivindicamos a inclusão do Município neste Programa de tão importante alcance social.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Yukio Tominaga, Prefeito Municipal (Rua J. E. Resende, 686) e ao vereador Benedito Aparecido de Campos Barbosa, Presidente da Câmara Municipal - CEP 87400-000.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1204

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Carlos Gomes Carvalho, Mui Digno Secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, solicitando a inclusão do Município de Cafezal do Sul, no programa Banco Social, desenvolvido em parceria com a SEFA; SERT; Agência do Paraná S/A e o Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa.

A proposta em questão pretende garantir crédito facilitado a microemprededores, formais e informais, que

têm dificuldades de acesso às linhas tradicionais de financiamento, bem como, multiplicar as oportunidades de trabalho no município.

De acordo com o programa do Banco Social, os artesões, prestadores de serviços, os micronegócios familiares, agroindustriais artesanais familiares, os autônomos, as microempresas formais, associações ou cooperativas poderão tomar empréstimos a custo bem menores que os do mercado, sem correção monetária e sem taxa de administração, motivo pelo qual reivindicamos a inclusão do Município neste Programa de tão importante alcance social.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor José Mario Morim, Prefeito Municipal (Avenida Italo Orcelli, 796) e ao Vereador José Altino de Souza, Presidente da Câmara Municipal (Avenida Italo Orcelli, 658) CEP 875567-000.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1205

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente às Senhoras Luiza Josefina Varaschin Lustosa e Lucy Salete Bortolini Nazaro, vice-Presidente e Presidente, respectivamente, da Academia Palmense de Letras, pelo excelente trabalho desenvolvido à frente da aludida diretoria.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Academia Palmense de Letras-Apal, fundada aos nove dias do mês de novembro de 2.000, nasceu com o propósito de esparramar cultura por este estado, pelo Brasil e fora dele. Em poucos anos, muitos foram as obras publicadas no Brasil e em outros países, o que justifica afirmar que as finalidades da instituição estão sendo cumpridas com maestria.

A Apal tem sido um utilitário canal para que inúmeras obras literárias deixassem o anonimato para obter conhecimento público.

Atualmente 26 cadeiras são ocupadas por escritores que estão a divulgar a cultura de Palmas, tornando assim a cidade como uma referência na área.

Ao consignar nos Anais desta Casa, congratulações sinceras de reconhecimento à importância da Academia Palmense de Letras, a Assembléia Legislativa promove um estímulo para que a entidade continue caminhando a largas passadas em direção ao sucesso prenunciado pelas atividades nela implantadas.

REQUERIMENTO Nº 1220

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o douto Plenário, em regime de urgência, respeitosa-

mente, REQUER, envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Eric Kerin, Diretor-Presidente da URBS, solicitando providências urgentes no sentido de que seja viabilizada a ampliação do terminal de ônibus do Alto Maracanã, ou construção de um novo terminal para atender aproximadamente 60.000 (sessenta mil) passageiros/dia que passam pelo atual terminal.

Justifica-se tal solicitação para que a população de Colombo seja atendida satisfatoriamente com um terminal de ônibus no Alto Maracanã, providência urgente que deve ser tomada pela URBS, responsável pela operacionalização do sistema de Transporte Coletivo da região Metropolitana de Curitiba.

Termos em que, pede e espera deferimento, nos termos regimentais.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 1221

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o douto Plenário, em regime de urgência, respeitosa-mente, REQUER, envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Maurício Luiz Oliveira Franco, Coordenador da Coordenadoria de Concessão e Pedagiamento da Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando cópias dos termos de convênios entre o Governo do Estado e a URBS, para operacionalização do Sistema de Transporte Coletivo na Região Metropolitana de Curitiba.

Justifica-se tal solicitação para que esta Casa Legislativa tenha conhecimento dos termos da concessão firmada entre o Estado do Paraná e URBS, para operacionalização dos transporte coletivo, conforme supra citado.

Termos em que, pede e espera deferimento, nos termos regimentais.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 1224

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Fazenda, Senhor Doutor Ingo Henrique Hübner, no sentido de fornecer dados à Comissão Permanente de Finanças desta Casa de Leis, informando as arrecadações do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, do Paraná, nos meses de dezembro de 2.000, e janeiro, fevereiro, março e abril do corrente ano.

Sala das Sessões, em 08.05.2001

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1230

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ao Senhor Arcebispo da Arquidiocese de Curitiba, Dom Pedro Fedalto - expediente de votos de louvor e congratulações pela passagem dos 75 (setenta e cinco) anos de instituição da Arquidiocese de Curitiba.

É sabido o papel e a grande importância das atividades desenvolvidas pela Igreja Católica no âmbito da Arquidiocese de Curitiba nos cuidados dos doentes, dos pobres, dos aflitos, na manutenção de hospitais, creches, escolas, na criação da então Faculdade Católica do Paraná, e sobretudo nas ações de elevação espiritual e moral da sociedade na construção de um mundo e de uma sociedade justa e humana, razões pelas quais é devido o pleito e a homenagem à Arquidiocese de Curitiba, na pessoa do Senhor Arcebispo Metropolitano, Dom Pedro Fedalto, dos Senhores Bispos Auxiliares, dos sacerdotes, religiosos, religiosas e cristãos que compõem esta porção da Igreja em Curitiba.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1231

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de expediente ao Senado Federal, especificamente ao Excelentíssimo Senador Mozarildo Cavalcanti (PFL - RR), Digníssimo Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, que investiga as atividades das ONG's, para que a referida CPI das ONG's, venha instalar-se nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

Apoiamento:

Luiz Carlos Alborghetti e Edno Guimarães

REQUERIMENTO Nº 1238

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Tavares, Mui Digno Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de viaturas para o Município de São Jorge do Patrocínio, sendo uma para a Polícia Civil e outra para a Polícia Militar.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer às Polícias Civil e Militar, meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo conseqüentemente, tranqüilidade e segurança à população.

Para que esses organismos possam contar com uma estrutura operacional à altura do porte da cidade e

com capacidade para atender a demanda, torna-se imprescindível a liberação das viaturas.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Aparecido Faleiro de Souza, Prefeito Municipal (Rua Marechal Rondon, 164) e ao Vereador Elcio Alves Nogueira, Presidente da Câmara Municipal CEP 87555-000 - São Jorge do Patrocínio.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1239

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Tavares, Mui Digno Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de viaturas para o Município de Rondon, sendo uma para a Polícia Civil e outra para a Polícia Militar.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer às Polícias Civil e Militar, meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo conseqüentemente, tranqüilidade e segurança à população.

Para que esses organismos possam contar com uma estrutura operacional à cultura do porte da cidade e com capacidade para atender a demanda, torna-se imprescindível a liberação das viaturas.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor José Augusto Mossambani, Prefeito Municipal (Rua Marechal Rondon, 337) e ao Vereador Anivaldo Cucco, Presidente da Câmara Municipal (Rua Grécia, 65) CEP 87800-000.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1240

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Tavares, Mui Digno Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de viaturas para o Município de Pérola, sendo uma para a Polícia Civil e outra para a Polícia Militar.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer às Polícias Civil e Militar, meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo conseqüentemente, tranqüilidade e segurança à população.

Para que esses organismos possam contar com uma estrutura operacional à cultura do porte da cidade e com capacidade para atender a demanda, torna-se imprescindível a liberação das viaturas.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado a Senhora Ana Luzivilde B. de Souza, Prefeita Municipal

(Rua do Rosário, 202) e ao Vereador Lindolfo Bazoti Filho (Avenida D. Pérola Biyngton, s/n) CEP 87540-000.
Sala das Sessões, em 08.05.2001.
(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1241

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Tavares, Mui Digno Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de viaturas para o Município de Nova Olímpia, sendo uma para a Polícia Civil e outra para a Polícia Militar.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer às Polícias Civil e Militar, meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo conseqüentemente, tranquilidade e segurança à população.

Para que esses organismos possam contar com uma estrutura operacional à cultura do porte da cidade e com capacidade para atender a demanda, torna-se imprescindível a liberação das viaturas.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Luiz Lazaro Sorvos, Mui Digno Prefeito Municipal (Rua Ludovico Pradela, 265) e ao Vereador João Griffó (Rua Mato Grosso, 700) CEP 87490-000 - Nova Olimpia-PR.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1245

Senhor presidente.

O deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Telepar Brasil Telecom, solicitando as seguintes informações:

1 - Se a empresa implantou ou está implantando o serviço de caixa postal nos terminais de telefonia fixa.

2 - Em caso afirmativo:

2a - Quais os critérios utilizados pela empresa, para a implantação de caixa postal nos referidos terminais?

2b - O serviço implantado é realizado após consulta ao assinante, ou independente da autorização do usuário?

2c - Há custos para o assinante, em relação à implantação e/ou utilização do serviço de caixa postal, ou mesmo quando da consulta à referida caixa postal? Se houver, qual o valor da tarifa e a forma de cobrança?

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

É indiscutível a importância da caixa postal para o assinante de linhas telefônicas, tanto fixa quanto móvel.

No entanto, temos recebido inúmeras reclamações de assinantes que, à sua revelia, tiveram implantado em

suas linhas telefônicas fixas, o serviço de caixa postal onde invariavelmente aparecem mensagens, muitas vezes sobre assuntos fora de seus interesses, representando provavelmente acréscimo na sua conta telefônica.

Entendemos que todo e qualquer serviço oferecido ao usuário, e que represente aumento de custo para o assinante, somente deverá ser implantado mediante consulta e expressa autorização do interessado.

REQUERIMENTO Nº 1244

Senhor presidente.

O deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Tim Telepar Celular, solicitando as seguintes informações em relação à implantação dos serviços de caixa postal nos terminais de telefonia móvel:

1 - Quais os critérios utilizados pela empresa, para a implantação de caixa postal nos referidos terminais?

2 - O serviço implantado é realizado após consulta ao assinante, ou independente da autorização do usuário?

3 - Há custos para o assinante, em relação à implantação e/ou utilização do serviço de caixa postal, ou mesmo quando da consulta à referida caixa postal? Se houver, qual o valor da tarifa e a forma de cobrança?

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

É indiscutível a importância da caixa postal para o assinante de linhas telefônicas, tanto fixa quanto móvel.

No entanto, temos recebido inúmeras reclamações de assinantes que, à sua revelia, tiveram implantado em suas linhas telefônicas fixas, o serviço de caixa postal onde invariavelmente aparecem mensagens, muitas vezes sobre assuntos fora de seus interesses, representando provavelmente acréscimo na sua conta telefônica.

Entendemos que todo e qualquer serviço oferecido ao usuário, e que represente aumento de custo para o assinante, somente deverá ser implantado mediante consulta e expressa autorização do interessado.

REQUERIMENTO Nº 1251

Senhor presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de atender o pedido da senhora Cláudia Fátima da Paz, residente na Rua Francisco de Paula Lobo Araújo, 628 - bairro Cidade Jardim, que pede a limpeza e a desratização nos bueiros da rua em que reside. A situação encontra-se tão crítica que as ratazanas saem dos bueiros, andam dentro das residências.

Pede-se urgência no atendimento do presente, pois os moradores locais correm o risco de contração de doenças.

Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 382-0408.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1252

Senhor presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido duto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido do Senhor João Capeletti, residente à Rua São José dos Pinhais, 89 - Jardim Roma, que pede a passagem da máquina na rua em que reside, tendo em vista a existência de muitos buracos, os quais causaram o desmoronamento do bueiro nas proximidades de sua residência, abrindo uma enorme cratera.

Pede ainda, a troca da lâmpada queimada do poste em frente à sua residência, sendo que a mesma está queimada há oito meses. Ele já fez estes pedidos via contato telefônico à Prefeitura, várias vezes, porém até a presente data não foi atendido.

Se necessário, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 243-8732.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1253

Senhor presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido duto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido do Senhor Emerson Carlos Bauman, residente à Rua Nossa Senhora das Graças, 1245 - Bairro Parque São Jorge, que pede a troca da lâmpada queimada no poste sito em frente à sua residência.

Se necessário, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 657-9091.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1254

Senhor presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido duto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da Senhora Odete de Lima Cordeiro, residente à Rua Santa Cândida, 600 - Parque São Jorge, que pede a troca da lâmpada queimada no poste ao lado de sua residência.

Se necessário, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 362-1374.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1255

Senhor presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido duto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido da Senhora Terezinha do Rocio Duarte Martins, residente à Travessa Rondon, 20 - Jardim Cristina III, que pede a limpeza do terreno baldio sito ao lado de sua residência, tendo em vista que o mesmo encontra-se com mato alto e repleto de lixo.

Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 666-9530.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1256

Senhor presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido duto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido da Senhora Rejane do Rocio, residente à Rua Afonso Motin, 78 - Vila Maria do Rosário, que pede a troca das lâmpadas queimadas dos postes da rua em que reside e da Rua Pedro do Rosário, situa nas proximidades.

Pede também, a implantação de anti-pó nessas mesmas ruas, tendo em vista o péssimo estado em que se encontram.

Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 657-7462.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1286

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor José Antonio Andreguetto, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, no sentido de determinar ao órgão competente, a perfuração de um poço artesiano na Agrovila Luiz Barros de Novaes, localizada no Município de Goioerê.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Proposição aprovada por unanimidade pelos Senhores Vereadores do Município de Goioerê, conforme Requerimento nº 0280/2001 aprovado em sessão do dia 29 de abril de 2001 daquela colenda Câmara.

A proposição está sendo formulada em razão de que a mina d'água que abastece as vinte e três residências da Agrovila Luiz Barros de Novaes, haver sido interdita pela Vigilância Sanitária, que realizou a análise da água da citada mina, constatando quantidade de coliformes fecais em nível superior ao tolerável, e desta forma

aqueles moradores estão utilizando água para beber de poços domésticos, mas a metade dos proprietários da citada Agrovila não possuem poços.

Trata-se de uma situação de emergência, convertermos este reclamo dos moradores da Agrovila Luiz Barros de Novaes, confiando que encontrará o respaldo necessário na Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos para determinar ao órgão competente a perfuração de um poço artesiano, resolvendo definitivamente o problema do abastecimento de água na Agrovila Luiz Barros de Novaes.

Nota-se uma situação aflitiva dos moradores daquela agrovila, vivendo sem água, que temos certeza será solucionada com a urgência que o assunto merece.

REQUERIMENTO Nº 1265

Senhor presidente.

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa Legislativa, REQUER à Mesa, seja enviada correspondência à Secretaria de Estado da Educação, Alcyone Vasconcelos Rebouças Saliba, solicitando providências no sentido de solucionar o problema do transporte coletivo na cidade de Londrina, em relação às escolas que ainda não foram municipalizadas e que contam com estudantes carentes, cuja única forma de transporte é o oferecido pelo poder público.

Lama, chuva e uma caminhada de quase quatro quilômetros durante uma hora e meia. É isso o que cerca de 60 crianças do Assentamento São Jorge, na Zona Norte, têm que enfrentar para chegar à escola. A prefeitura parou de oferecer transporte escolar no bairro no ano de 2001 e a maioria não tem condições de pagar a passagem de ônibus.

Com razão, os pais das crianças estão preocupados.

A nova escola do bairro atende somente alunos de 1ª à 4ª séries. Os estudantes de 5ª à 8ª séries têm que caminhar até a Escola Estadual José Carlos Pinotti, que fica no Conjunto Parigot III.

A diretora da escola teme a evasão escolar. No ano de 2000, o índice de desistência, considerado alto, foi de 12,4%.

A Escola José Carlos Pinotti tem 1.057 alunos, em três períodos, sendo que 108 são do Assentamento São Jorge.

A preocupação da escola é com os 63 alunos da tarde, que são os mais novos, com idade entre 10 e 12 anos.

As crianças têm que usar sacos plásticos para não sujar os sapatos e quando chove chegam molhados à escola. No dia seguinte, muitos acordam com febre e dor de garganta.

Cabe destacar que a longa caminhada a que se obrigam os alunos ainda lhes afeta o rendimento. Segundo a diretora da escola, os alunos chegam cansados e famintos e a primeira preocupação é saber o que vai ser

servido no lanche. A fome atrapalha o aprendizado principalmente em se relevando que a maioria precisa sair de casa com muita antecedência para chegar à escola e acabam não almoçando.

Para amenizar o problema, a escola serve um copo de leite com biscoitos para os alunos assim que eles chegam.

Segundo entrevista da Secretária de Educação de Londrina, Magda Tuma, o município não pode resolver esse problema por se tratar de competência do Estado, razão pela qual urge à Secretaria de Educação do Estado providenciar o transporte para esses alunos.

O desenvolvimento educacional ofertado aos estudantes deve ser pleno, sob pena de transformar-se em mera ficção.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1274

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ao Ministério Público Federal, pedido de periciação da aplicação dos royalties pagos por Itaipu à Prefeitura de Foz do Iguaçu.

Desde o início do pagamento, em 1991, até o último mês de abril, a Itaipu Binacional repassou ao município de Foz do Iguaçu R\$215.000.000 (duzentos e quinze milhões de reais) a título de pagamento de royalties, conforme determina a Lei Federal 8.166/91, no artigo 2º do Capítulo II. O valor equivale a 45% do total de royalties pagos pela Itaipu Binacional, que por sua vez soma 6% do valor de toda energia produzida pela hidrelétrica.

A mesma lei que regulamenta a compensação financeira e tem fulcro no artigo 20 da Constituição Federal determina que: “É vedado aos beneficiários das compensações financeiras a aplicação das mesmas em pagamento de dívidas e no quadro permanente de pessoal”.

Esse trecho da lei tem a intenção clara de limitar a aplicação dos royalties em obras de infra-estrutura e outras que elevem a qualidade de vida da população dos municípios que possuem recursos hídricos utilizados para geração de energia.

Na prática não é isso que se vê em Foz. A cidade que depende de sua imagem para atrair turistas, sofre com a falta de investimentos em obras para melhor receber seus visitantes. A cidade não dispõe de um teatro público, as poucas praças existentes carecem de manutenção e segurança. Em alguns trechos - nas proximidades de suas principais atrações turísticas - o mato toma conta das encostas e as favelas compõem um cenário desolador, que espanta e atemoriza os turistas.

Para quem vive e trabalha em Foz a situação é ainda mais caótica. São centenas de quilômetros de ruas

sem asfalto, onde ônibus e automóveis enfrentam um calçamento que não recebe sequer a manutenção necessária.

Com a conclusão da parte civil de Itaipu e decadência do turismo de comprar no Paraguai, milhares de pessoas perderam seus empregos. A falta de programas de geração de rendas, distritos industriais e incentivos para o turismo de eventos e negócios, somados aos fatos relatados acima, denunciam a má utilização de toda a verba repassada pela binacional nesse período.

Por isso, solicitamos que os procurados da República, que atuam naquela cidade, determinem a periciação da aplicação dos referidos recursos. Entendemos que a malversação destas verbas públicas redundam em improbidade administrativa, formação de quadrilha, superfaturamento de obras e outros crimes contra a administração pública, que devem ser punidos com a devolução do dinheiro corrigido, indenização e cassação dos direitos políticos dos envolvidos.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 1285

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de pedido de informações aos secretário de Estado de Transportes, solicitando que forneça a esta Casa de Leis o que segue:

01. Qual o montante de recursos repassados ao Funcor pela Secretaria da Fazenda?

02. Quais os municípios que receberam os benefícios relativos aos recursos do Fundo de Conservação de Rodovias (Funcor)?

03. Quais as obras realizadas, nesses municípios? Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 163/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública à Federação Paranaense de Karatê - do Tradicional, com sede no município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) CLEITON KIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se tal proposição, tendo em vista que esta entidade tem desenvolvido um profícuo trabalho, como

curso de formação de instrutores de Karatê tradicional em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC), com um número recorde de participantes.

A Federação também promoveu inúmeros campeonatos realizados em várias regiões do Estado do Paraná, obtendo um grande número de participantes. Cabe destacar o Projeto Karatê Piá no Esporte, em parceria da Federação Paranaense de Karatê Tradicional (PRKT) com a Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família e os municípios paranaenses, atendendo alunos entre 7 e 17 anos, oferecendo o esporte como uma opção de educação e esporte-lazer.

Fica estabelecido também que visa preparar os instrutores para melhorar o desempenho dos atletas para que possam participar das competições em caráter estadual, interestadual e internacional, transformando assim, um esporte conhecido e apreciado, pelo desenvolvimento da cultura e as necessidades da Federação. Isso se fará sem qualquer tipo de discriminação, sem distinção de cor, sexo, nacionalidade, profissão, credo religioso ou político, como também, sem fins lucrativos.

PROJETO DE LEI Nº 164/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar a Estrada Municipal que liga o município de Rolândia ao Município de Pitangueiras.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de estadualizar a estrada municipal que liga os municípios de Rolândia e Pitangueiras.

Esta estrada com 30 quilômetros, tem grande importância pelo seu grande fluxo de veículos e, principalmente, para o escoamento da safra agrícola dos referidos municípios e da região. Quinze quilômetros da rodovia já foram pavimentados pela municipalidade de Rolândia.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 165/2001

Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A Companhia Paranaense de Energia - Copel e a Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, ficam obrigadas a emitir a fatura de consumo de energia elétrica e de água e com periodicidade mensal.

Parágrafo Único - A fatura resultante da aferição do consumo de água e energia elétrica deverá ser entregue mensalmente ao usuário com os respectivos demonstrativos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.05.2001

(a) LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa equacionar matéria referente à aferição e emissão de fatura de consumo de energia elétrica e água no Estado do Paraná.

É sabido que as empresas de saneamento e de energia elétrica, por motivos diversos, tem emitido a fatura para pagamento em períodos superiores a um mês no caso de consumo abaixo de uma certa quantidade estipulada unilateralmente pelas companhias.

Ora, tal prática tem afetado gravemente a população mais pobre do Estado do Paraná que se vê na contingência de arcar com custos muito elevados, face à sua receita, pela prática nada cidadã das empresas responsáveis.

Com este projeto de lei, procura-se dar solução à matéria, determinando de um lado a leitura e aferição mensal de consumo, de outro, a emissão mensal da respectiva fatura.

PROJETO DE LEI Nº 166/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art.1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Provar - Ação Social, com sede e foro no Município de Nova Aurora-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.05.2001

(a) NEREU MOURA

PROJETO DE LEI Nº 167/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o art. 1º da Lei nº 12965, de 26 de outubro de 2000, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1 - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Nova Esperança com sede e foro nesta Capital”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.05.2001

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo alterar a Lei nº 12965, de autoria do nobre deputado Beto Richa, que declarou de Utilidade Pública a Escola de Educação Especial Nova Esperança.

Ocorre que a denominação correta da entidade é Associação Nova Esperança, que é a mantenedora da Escola de Educação Especial.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 168/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir e inserir como prioridade no orçamento anual para o exercício de 2002, o Programa de Reaproveitamento de Alimentos e Erradicação da Fome - PRAEF, com o objetivo de prover formas de angariação de doações, promovendo a sua distribuição através do órgão competente da administração direta estadual ou através de entidades previamente cadastradas ao programa, às pessoas e famílias que comprovadamente não possuam condições de subsistência nutricional.

Art. 2º - O programa a que se refere o artigo 1º, desta lei, terá como objetivo arrecadar doações voluntárias de restaurantes, mercados, supermercados, sacolões, indústrias alimentícias, cozinhas industriais, fábricas de alimentos perecíveis ou não, que por qualquer razão deixem de ser utilizados, os quais ainda não tenham perdido suas propriedades nutricionais para o consumo humano.

Parágrafo Único - A avaliação das condições para consumo dos alimentos, será realizada por profissionais da área de nutrição, antes da distribuição dos víveres.

Art. 3º - Lei de iniciativa do Poder Executivo, regulamentará a exequibilidade do programa a que se refere a presente norma, atribuindo atividades e funções aos órgãos do Executivo.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover convênios com entidades públicas e privadas, como também com municípios do Estado do Paraná, afim de operacionalizar em todas as regiões do Estado do Paraná, o Programa de Reaproveitamento de Alimentos e Erradicação da Fome - PRAEF.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a estabelecer as fontes orçamentárias e as rubricas de despesa necessária, inclusive para promover campanhas de esclarecimento e estímulo à doação para reaproveitamento de alimentos.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) SERAFINA CARRILHO

JUSTIFICATIVA:

O Paraná não é um Estado pobre, mas está se tornando um Estado injusto e desigual, com muitos pobres. Os elevados níveis de pobreza - 14% com renda inferior à linha de indigência e 33% com renda inferior à linha de pobreza - resultam na intensa desigualdade na distribuição de renda e nas oportunidades de inclusão econômica e social.

O Estado tem um papel importante na política social, na medida que é responsável por assegurar a satisfação de níveis mínimos de necessidade básicas e o respeito dos direitos e deveres econômicos, políticos e sociais dos cidadãos. O Estado tem como responsabilidade essencial, fornecer políticas sociais orientadas para objetivos de equidade, superação da pobreza, igualdade de oportunidades. Sem, prejuízo dessa premissa, é conveniente, oportuno e desejável que os agentes privados participem no desenvolvimento das políticas sociais.

Talvez a sociedade paranaense possa ousar, com responsabilidade, definindo a busca de maior igualdade social como elemento central de uma estratégia de combate à pobreza.

A definição de critérios claros para seu planejamento, uma precisa identificação dos grupos-alvo e do objeto das políticas e a efetiva descentralização são aspectos essenciais para o sucesso das políticas sociais e do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 169/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ribeirão Claro, com sede e foro no município de Ribeirão Claro, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ribeirão Claro, situado na Rua Doutor Vicente Machado, nº 669, na cidade de Ribeirão Claro Estado do Paraná, foi constituído para fins de coordenação, proteção e representação legal da categoria profissional compreendidos como "trabalhadores rurais", permanentes ou temporários na agricultura, pecuária e similares.

O movimento sindical rural está se desenvolvendo em ritmo acelerado em todo Estado e no Brasil, com um

excelente trabalho pautado nos princípios do respeito humano, ampla promoção humana e da solidariedade.

Portanto, por entender como justa e meritória a declaração de Utilidade Pública e por considerar uma luta árdua e de extrema importância para o município de Ribeirão Claro, conto com a aprovação da presente lei.

PROJETO DE LEI Nº 170/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder executivo autorizado a instituir a cobrança de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA de veículos tipo ônibus, empregados em linha de transporte urbano, suburbano, metropolitano e intermunicipal, cedidos mediante concessão pública.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa acabar com diferenças existentes entre contribuintes no tocante ao pagamento do IPVA.

Atualmente, as empresas possuidoras de veículos tipo ônibus, empregados em linha de transporte urbano, suburbano, metropolitano e intermunicipal, cedidas mediante concessão pública, são isentas de recolhimento do IPVA.

Esta diferenciação se constitui numa afronta aos princípios e valores sociais, tendo em vista que os serviços por aquelas empresas prestados, apesar de satisfatórios em alguns casos, têm em contrapartida taxas excessivas e às vezes abusivas frente à capacidade contributiva da média da população de nosso Estado.

Por outro lado, merece consideração o fato de que é tráfego de veículos pesados como estes o maior concorrente para a deterioração da pavimentação das rodovias.

Assim, não se justifica esta isenção em face do estado de necessidade financeira pelo qual passa o nosso povo, contraposto ao enorme lucro obtido por aquelas empresas.

Por isso, no sentido de pormos fim a esta diferença, contamos com apoio dos nobres pares, a fim de vermos a presente proposição aprovada.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Eu quero registrar, aqui, senhor presidente, pela decisão do presidente Elio Rusch, na Sessão de ontem. Quero pedir-lhe que se Vossa Excelência puder presidir as sessões, temos certeza que esta Casa estará melhor presidida. O Deputado Elio Rusch tem sido truculento nas decisões da Mesa. Há dias atrás já causou um constrangimento ao Deputado Ângelo Vanhoni. Ontem fiz

uma Questão de Ordem, quando a sessão estava em funcionamento, o Deputado Elio Rusch encerrou a sessão, sem responder a minha Questão de Ordem, de uma forma truculenta, anti-democrática ao presidir este Parlamento.

Quero registrar aqui o meu veemente protesto e solicitar a Vossa Excelência que tem sido uma postura firme e democrática, que presida esta Casa, para que possamos ter o andamento normal dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA

Senhor presidente, senhores deputados.

Em primeiro lugar gostaria de registrar nos Anais desta Casa com muita alegria, com muita satisfação, a decisão corajosa e coerente dos Senadores Álvaro Dias e Osmar Dias de assinarem o pedido de CPI contra a corrupção apresentada no Senado e também na Câmara dos Deputados. Certamente a postura dos senadores tranqüiliza alguns parlamentares desta Casa que estão preocupados com as posições dos nossos senadores, e também tranqüiliza a população do Estado do Paraná, já que tanto Álvaro quanto Osmar, sempre tiveram postura clara de combate a todo e qualquer tipo de arbitrariedade e principalmente contra a corrupção. Não haveriam de se furtar em mais essa proposta da CPI, apesar de algumas divergências com relação à forma como estava sendo apresentado o requerimento.

Fui deputado federal, fui constituinte, e a Constituição Federal é clara, que todo requerimento, toda proposta para se instalar a CPI tem que ter um fato, e este fato tem que ser determinado, e ninguém nega que o requerimento apresentado pelas Oposições no Congresso Nacional tem uma abrangência muito grande, inclusive apontando 14 denúncias para serem apuradas e investigadas, mas enfim, ganha com isso o Paraná, ganha com isso o Parlamento Nacional e certamente ganhará a sociedade, porque o nosso Congresso Nacional haverá de achar uma fórmula de fazer com que esta CPI tenha seus desdobramentos e no final traga esclarecimentos para a sociedade brasileira.

Em segundo lugar, senhor presidente, senhores deputados, eu fico profundamente chateado quando vejo matérias como esta que saiu na revista Veja, desta semana, e o título da revista de circulação nacional das mais respeitadas, traz na verdade, um prejuízo, um prejuízo muito grande para minha Cidade de Foz do Iguaçu e para todos os seus habitantes, porque trata de forma igual a todos.

Há poucos dias eu questionava o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito desta Casa, que não apontava um único delinquente, um único criminoso que atua lá na região de fronteira, apenas genericamente, dizendo que existe o crime, que o crime acontece na região da fronteira e particularmente em Foz do Iguaçu. Eu não me conformo e não aceito este tipo de alusão.

E, desta feita a revista Veja traz uma página inteira, uma matéria que denigre, que nos chateia, que nos envergonha, e por outro lado nos deixa indignados. O próprio título já é pejorativo, “a muamba dá um baile”, o governo não consegue vencer a luta contra os contraventores e contrabandistas em Foz do Iguaçu.

Olha, meu Deus do céu, se o governo federal se o Governo do Estado, se a própria estrutura administrativa do Município de Foz do Iguaçu, não têm competência para combater o crime, conforme estão expressando nesta matéria na revista Veja, então que peça o boné e vá embora, renuncie, dê espaço para quem tem determinação e vontade de combater o crime, para atuar de forma competente naquela região.

A própria revista Veja, segundo declara - de autoridades da Receita Federal, informa que o prejuízo ao erário público, principalmente federal, em Foz do Iguaçu, é da ordem de 10 bilhões de reais por ano, em evasão de divisas.

Ora, se o prejuízo é tão grande, por que não contratar mais fiscais, mais policiais civis, mais policiais militares, mais policiais federais, mais guardas municipais, e fazer, efetivamente, o combate ao crime organizado naquela região de fronteira?

Um quadro de destaque da revista Veja, inclusive, traz alguns dados que não contesto, mas também não concordo, afinal de contas ninguém tem esses dados em mãos. São tudo chutes! Tudo chutes! Ninguém tem números exatos, precisos sobre coisa nenhuma daquela região de fronteira!

Mas, é muito fácil falar da região de Foz do Iguaçu e falar em bilhões e um monte de números estratosféricos.

É isso que não concordo. No destaque da revista Veja, em amarelo está escrito assim: “Capital do contrabando”. Foz é a porta por onde entra grande parte das mercadorias ilegais que circulam no Brasil. A maioria do dinheiro que deixa ilegalmente o País passa pela rede bancária da cidade.

Meus Deus do céu, a rede bancária da cidade está lá estabelecida sob a fiscalização do Banco Central. A conivência, a incompetência, o que há de errado que não consegue combater o dinheiro que passa ilegalmente pela rede bancária de Foz do Iguaçu? Que coisa absurda, senhor presidente e senhores deputados.

Metade dos CD's piratas vendidos no Brasil chega por Foz do Iguaçu. Mais de 30% dos carros roubados no País cruzam a fronteira para o Paraguai, por Foz do Iguaçu. 100% dos cigarros contrabandeados para o Brasil atravessa Foz do Iguaçu.

Olha, esta questão dos cigarros, inclusive a própria reportagem não constata, mas hoje diminuiu e muito o contrabando ali na região da fronteira, porque o próprio governo federal abriu os olhos e sobretaxou o cigarro exportado para o Paraguai e virou atividade que hoje não dá mais lucro para o próprio contrabandista do cigarro.

Aliás, inclusive, passei sábado pela Cidade de Leste, fui para o Paraguai, na Cidade de Santa Rita lá no interior, uma exposição muito grande organizada por brasileiros e, a Cidade de Leste está às moscas, senhor presidente e senhores deputados. Com a alta do dólar está praticamente inviabilizado todo o comércio de muamba ali naquela região. Então, não é assim como está colocando a revista Veja.

Já que não tenho poderes especiais para resolver o problema, pelo menos tenho que levantar a minha voz de indignação, o meu descontento, a minha desaprovação a essa prática reiterada a nível de Estado, a nível nacional, de picharem Foz do Iguaçu e colocarem todos os moradores daquela cidade na mesma vala, na mesma sarjeta comum, insinuando inclusive que hoje os “laranjinhas” que ganham o pão de cada dia passando sacola nas costas, ali naquela cidade são na verdade o aparato para os grandes criminosos, os grandes traficantes, os grandes contrabandistas a nível internacional.

Duas coisas existem naquela região da fronteira. Claro que existe o grande contrabandista, o grande traficante, mas aquele miserável que passa com aquela sacola nas costas para levar uma caixa de cigarros, não é aquele que é o grande contrabandista.

Também, aproveito esta oportunidade para fazer um apelo à Casa, para que aprove o requerimento de minha autoria, através do qual eu requeiro uma periciação, um levantamento complexo, uma análise da aplicação dos recursos dos royalties pagos pela Itaipu até o presente momento à Prefeitura de Foz do Iguaçu.

Claro que esse pedido caberia para que se fizesse uma periciação na aplicação dos royalties de todos os municípios da região, também ao Estado do Paraná.

Mas, num primeiro momento gostaria de ver uma explicação plausível para justificar a aplicação de mais de 215 milhões de reais que a Itaipu já pagou de Foz do Iguaçu. Não existe uma única obra construída com o carimbo, essa obra foi construída com os recursos pagos com os royalties de Itaipu. E essa história já conheço de muito tempo: quando vereador em 77 já lutava pelos royalties. Como deputado estadual desta Casa, a partir de 83, travei aqui uma luta permanente e constante pela conquista dos royalties de Itaipu.

Conseguimos, na Constituinte, essa que foi a maior vitória no Estado do Paraná, naquele episódio de elaboração da Constituição Brasileira - trazer os royalties de Itaipu para o Estado do Paraná e para os municípios da região. E, na época, já justificávamos a luta dizendo que os recursos dos royalties deveriam ser repassados aos municípios da região.

O Deputado Elio Rusch conhece muito bem essa história, o Deputado Werner Wanderer nos acompanhava, nos ajudava na oportunidade e os royalties deveriam vir para o Paraná e seus municípios para reestruturar a região, para recuperá-la economicamente, pois perdia terras, gente e produção para ceder

lugar à construção de barragens e também ao alagamento do lago de Itaipu.

Concedo aparte ao Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin

Quero cumprimentá-lo por este assunto. O assunto dos royalties da Usina de Itaipu já tem gerado grandes discussões na Casa.

E, como disse Vossa Excelência, esse dinheiro era para reparar ou reconstituir aquelas áreas alagadas, que, naturalmente, sofreram uma degradação muito grande com Itaipu. Agora, no exercício passado, aqui na Casa se discutiu a hipótese de fazer com que os royalties de Itaipu ingressassem na receita dos municípios do Paraná como um todo.

Essa questão de Foz do Iguaçu receber essa quantia extraordinária de recurso dos royalties é, naturalmente, um debate latente, permanente dos outros prefeitos do Paraná, do Oeste do Estado e do Estado como um todo.

Muita gente que foi indenizada com a construção de Itaipu lá não mora mais, já estão morando aqui na região metropolitana de Curitiba, alguns morando em outras regiões do Estado.

Então, esse tema do passado que foi abordado aqui na Assembléia Legislativa, é um assunto que pode ser retomado, porque 200 milhões divididos para 399 municípios, dá uma renda significativa, se observarmos isso, mas sei que Vossa Excelência como defensor constante, permanente, de Foz do Iguaçu, e da região, vai, naturalmente, defender que esses recursos fiquem para Foz do Iguaçu.

No entanto, o tema já é objeto de discussão entre os deputados, nos bastidores.

Precisamos retomar essa discussão da participação forte do município de Foz do Iguaçu na questão dos royalties, até por que, como disse Vossa Excelência, pouco se vê de execução de obras estruturais para atrair o turismo.

Pouco se vê na questão urbana de Foz do Iguaçu.

Eu que visito Foz frequentemente, vejo a questão do ajardinamento da cidade, a questão da finalização.

Muitas coisas ainda por fazer e é muito dinheiro. É o terceiro município em ICMS. Então, veja Vossa Excelência, que Foz do Iguaçu tinha que ser um brinco, tinha que ser um espelho, um cartão de visita para os nossos visitantes internacionais e na verdade não é o que se constata em Foz do Iguaçu.

Portanto, agradeço o aparte e cumprimento Vossa Excelência por tratar também desse assunto que é tão importante.

O SR. SÉRGIO SPADA

Na verdade a nível de município da região, a nível de Estado do Paraná, não se cumpriu o espírito do artigo 20, parágrafo 1º da Constituição Federal, que prevê exatamente a aplicação destes recursos na recuperação econômica, social dos municípios da região, do Estado do

Paraná. Inclusive o Decreto lei nº 1 de 11 de janeiro de 1991 no seu artigo 26, parágrafo único, lei federal, reitera, repete o que a Lei nº 7990, de 28 de dezembro de 1989 esse artigo diz de forma muito clara, expressa: “É vedada. É proibido aos beneficiários das compensações financeiras, de que trata este decreto, a aplicação das mesmas em pagamento de dívidas e no quadro permanente de pessoal”.

Recentemente o governo do Estado, já recebeu mais de 500 milhões de reais em royalties, mais 20 anos de arrecadação, antecipando estes royalties para o Fundo de Previdência. Isso é pessoal ou não é pessoal? Para o pensionista não poderia ser feito esse tipo de antecipação, porque a lei federal proíbe esse tipo de coisa.

Concedo aparte, com muito prazer, ao Deputado Ademir Bier.

O Sr. Ademir Bier

Então, Deputado Spada, todos nós lá do Extremo-Oeste do Paraná sabemos da importância dos royalties para o desenvolvimento daquela região e da luta do povo daquela região pelos royalties. Então, o próprio aparte do Deputado Neivo Beraldin não procede, no sentido de que esse é o recurso da nossa Região Oeste do Paraná.

O que precisamos na verdade é fazer com que outras regiões do Estado possam ser beneficiadas no sentido de investimentos, da própria Copel, de energia diferenciada. Agora, os royalties, foram uma conquista da região do Extremo-Oeste do Paraná, graças a eles é que nós temos lá uma região, com toda certeza, diferenciada de todo o Estado do Paraná.

Quanto também à questão da outra parte dos royalties que o governo do Estado fez essa antecipação, foi no sentido, esse sim, deveria ser um recurso para um fundo de desenvolvimento que poderia atingir o Estado como um todo. E essa questão do investimento no pessoal, a que o senhor se referiu, foi até para que houvesse essa antecipação, e fez com que lá em cima mesmo mudasse a lei e a sistemática de aplicação da lei dos royalties.

O SR. SERGIO SPADA

Deputado Ademir Bier, os royalties são nossos, na verdade é uma compensação financeira, é uma indenização pelos prejuízos que nós tivemos.

Quer dizer, não tem sentido discutir a repartição daqueles royalties com outros municípios de outras regiões do Estado do Paraná.

Muito obrigado, senhor presidente e senhores deputados.

O SR. WALDYR PUGLIES (Questão de Ordem)

Senhor presidente, somente para registrar a presença nas galerias da Assembléia, do Prefeito de Astorga, Carlos Keite, do vice-prefeito Marcelo Crivelari e comitiva.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está registrado nos anais desta Casa.

Pela Ordem, Deputado Elio Rusch.

O Sr. Elio Rusch

Também para registrar a presença do Prefeito de Pato Branco, Luiz Grano, do Francisco Dantas, Chiquinho, de São Pedro do Iguaçu, do Miguel Bailer, lá de Itaipulândia, vereadores e outras lideranças que se fazem presentes, aqui na tribuna.

Senhor presidente, para que não exista dúvida nenhuma, na sua ausência, ontem, durante a Sessão, infelizmente o Deputado Nereu Moura está dando uma entrevista, quando ele pediu a Questão de Ordem não tinha mais quorum para deliberar e a Questão de Ordem só pode ser levantada quando existe quorum qualificado para deliberar ou dar sequência à continuação da própria Sessão. Está claro no Regimento Interno.

Então, se o Deputado Nereu Moura tem alguma questão pessoal contra este deputado, em relação que atuamos politicamente na mesma região, nos mesmos municípios, isto não pode ser trazido à tona nas questões administrativas da Assembléia Legislativa.

Quando no exercício da presidência, sempre tenho respeitado todos os deputados, independente a que partido eles pertençam. E tenho um Regimento Interno a ser seguido e é esse Regimento Interno, senhor presidente, que seguimos ontem na questão, quando o Deputado Nereu Moura, fez algumas considerações sobre nossa pessoa, na ausência, no início da sessão de hoje.

Para bem da verdade, fica registrado isto.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor presidente, senhoras deputadas e senhores deputados.

Senhor presidente, vai falar, neste momento, o “deputado surdo”! O “deputado surdo”, de acordo com a Folha de Londrina, Folha do Paraná, presidida hoje, segundo informações, pelo Ministro José Eduardo, o “deputado surdo”.

Senhor presidente, que sejam descontados esses entraves, visto que eu pretendia usar o Grande Expediente, mas o deputado Neivo, muito ligeiro, ligeirinho, tomou-me essa oportunidade de falar no Grande Expediente.

Tenho alguns assuntos para tratar aqui, senhor presidente: o caso de Matinhos, que tenho aqui a honra de ter deputados que também representam Matinhos, como o Deputado Alborghetti, como o Deputado Luiz Carlos Martins, o Deputado Carlos Simões e o Deputado Kielse. Sua Excelência, o governador, senhor presidente, ao tomar conhecimento da catástrofe que aconteceu em Matinhos, imediatamente, no dia de ontem, a sua asses-

soria telefonou para este deputado e desci até Matinhos junto com o governador. Ali ele olhou de perto, sobrevoando de helicóptero e andando a pé, e viu que realmente é o homem o responsável maior pelo que vem acontecendo na orla marítima do nosso Estado do Paraná, visto que casas foram construídas em lugares não adequados e com isso, nessas marés, como essa que aconteceu, de lua cheia, aconteceu não só no Paraná como em outros Estados.

O governador se fez presente, juntamente com o Coronel Vieira, Chefe da Casa Militar, que assumiu a responsabilidade junto à Defesa Civil e também o Secretário de Meio Ambiente, o Doutor Andreghetto.

O prefeito de Matinhos, junto com os vereadores, com as autoridades constituídas, já vêm atendendo a população mais carente. Sessenta famílias estão em um ginásio de esportes e já estão tendo atendimento.

Neste momento, senhor presidente, o Prefeito Ceda, de Matinhos, está na Secretaria de Meio Ambiente para buscar soluções, em parceria com o Governo do Estado e também com o Deputado Gustavo Fruet, que estava presente em Matinhos, que neste momento, deve estar no Ministério do Meio Ambiente, em Brasília, tomando também as providências junto ao governo federal.

Então, por parte do Governo do Estado, pronto atendimento. Por parte do governo federal, na pessoa de Gustavo Fruet, pronto atendimento. Por parte do prefeito, não deu outra senão atender à população. Este é o relato que gostaríamos de fazer, senhor presidente, com respeito a Matinhos.

No entanto, também queremos falar do meu amigo Antonio Belinati, ex-prefeito de Londrina. Gostaria de poder comentar. Logicamente, senhor presidente, se não der tempo, amanhã gostaria de continuar com o mesmo pronunciamento sobre o Antonio Belinati, ex-prefeito e meu amigo, de Londrina.

Senhor presidente, o jornal Folha do Paraná, o qual quero informar a esta Casa, que o proprietário, João Milanez, é um grande amigo deste deputado. Na filiação do Deputado Antonio Belinati ao nosso partido, em Londrina, o João Milanez, fundador deste jornal, um homem, uma figura das mais respeitadas no nosso Estado, largou, inclusive, uma festa que ele tinha e foi na filiação do Antonio Belinati Filho, no nosso Partido. Lá estava o Deputado Edno Guimarães, também participando deste encontro. E o João Milanez também, é nosso amigo.

No entanto, de alguns tempos para cá, senhor presidente, depois que vim à tribuna há um ano atrás e falei daquela foto na primeira página do jornal, que criticava o nosso Presidente Anibal Khury, de lá para cá, a Folha de Londrina, quando critiquei aquela página primeira - no Dia das Mães vai fazer um ano agora e foi presente da dona Niva - que aparece ao lado do Anibal Khury um cidadão com uma arma na cinta, a partir desse dia que vim à tribuna e falei sobre a memória do meu amigo Anibal Khury, de lá para cá este deputado tem sido constan-

temente noticiado pelo jornal de Londrina com notícias mal interpretadas.

Estava na Argentina, junto com os Deputados Caíto Quintana, Orlando Pessuti e Ademir Bier, os três, nada. Perfeita a situação dos três deputados, meus amigos, na Argentina. No entanto, pelo jornal, eu estava passeando! Passeando em Portugal, não estava compondo aquela comissão! E outras e outras notícias vêm acontecendo na Folha de Londrina, depois que vim aqui, defender a memória de Anibal Khury.

Agora, por último, quando neste jornal que está aqui, que fala dos “surdos”, não vou falar dos outros deputados, não tenho procuração; nenhum deputado precisa de advogado para ser defendido, mas no meu caso específico, vejo aqui que sou um deputado “surdo”.

Gostaria, senhor presidente, de saber se Vossa Excelência tomou conhecimento que em Brasília, um paranaense, considerado um dos maiores ladrões e vigaristas do nosso País, montou uma arma de sabão, e esta arma ele encostou no carcereiro; e foi o que a imprensa divulgou. Ele transformou a Polícia Federal de Brasília numa grande gozação. Com sabão fabricou um revolverzinho, e deu no que deu.

No entanto, entendo que, se não todos os deputados, tem alguns aqui, senhor presidente que estão na verdade sendo transformados em “bonequinhos”, sem sabão. No meu caso, não estão nem usando sabão. Chego em cidades do interior e está lá meu nome, numa placa: Deputado Cartário votou ou vai votar”.

Senhor presidente, lá em Brasília houve um painel, este painel foi votado, depois analisado, e visto o voto por alguns senadores. Mas, no caso específico deste deputado, entraram na minha mente e já descobriram para quem vou votar. Não tenho compromisso com o governador, com ninguém, porque não fui eleito pelo Senhor Jaime Lerner, nem por nenhum outro governador, nem por empresário, não recebi um centavo de empresa nenhuma, fiz a campanha pela minha capacidade de trabalho, nesses meus cinquenta anos de idade.

E no entanto, senhor presidente, naquele painel, em Brasília, houve uma votação. Agora chego no interior, lá e aqui em Curitiba, na Boca Maldita, está o meu voto já escrito. Então, não preciso mais votar aqui, senhor presidente, já está prejulgado o meu voto, e no caso da votação da Copel, já está decidido.

Então, se nesse dia, senhor presidente, este deputado não comparecer para votar, é porque o meu voto já consta no relatório.

Entendo que o crime que está se cometendo com o voto dos deputados que ainda não votaram é até maior do que o crime daqueles que votaram, porque o voto, quando é votado, não tem que ser secreto, tem que ser aberto, não se deve ter medo do voto, e não pode se prejulgar uma votação. É o caso da Copel.

Senhor presidente, como respeito ao surdo, será que a Assembléia não ficaria muito pobre? E eu faria um apelo a Vossa Excelência, para que no mesmo jornal,

Folha de Londrina, a Assembléia pagasse, porque sou vítima!

Diz o jornal que sou surdo. Quero só mostrar ao jornal, deixo à disposição e autorizo o Departamento Técnico da Assembléia - onde pedi para o nosso diretor, o Severo, que rapidamente me forneceu os pronunciamentos feitos por mim, que estão aqui todos eles, a síntese dos pronunciamentos. São diversos. Entre eles, defendi aqui o Senhor José Eduardo, da Folha de Londrina, por ter sido uma vítima do Banco Central, da área financeira do presidente da República, que tomou o Bamerindus, o Banco do Estado e que está tomando a Copel, a fornecê-los.

Na minha opinião, estamos perdendo tudo por esta política do governo federal, que está pressionando a tal ponto que se entregue os bens públicos do nosso Estado, e principalmente o Bamerindus, que não é bem público, mas era um bem histórico e moral do nosso Estado.

Fiz aqui, senhor presidente, por exemplo, no dia 20 de março um pronunciamento no Pequeno Expediente. Dia 26 de março, outro; no dia 09 de abril de 2001, no dia 10 de abril/2001, 22 de fevereiro/2001, 08 de março e ainda, no dia 19 de março novamente vim à tribuna. Dia 13 no Pequeno Expediente. Enfim, tenho diversos pronunciamentos feitos nesta Casa, apesar de não ser líder da Bancada.

O meu líder é o Deputado Edno Guimarães e hoje, o deputado Luiz Carlos Martins.

Apesar de não ser líder, senhor presidente, gostaria que Vossa Excelência autorizasse a gráfica da Assembléia a imprimir um livreto com todos os meus pronunciamentos feitos no último ano, para mostrar um episódio que vou contar agora.

No seminário, o padre mais antigo, famoso e muito sábio, quando estava em uma reunião, os padres mais novos o procuravam, e de uma hora para outra, gritaram: "Padre, venha! venha correndo! Veja na janela, tem um boi voando! "E o padre levantou, foi na janela e olhou. Aí os padres novos: "Pegamos o padre velho!"

E, rindo, perguntaram ao velho padre: "Mas, monsenhor, o senhor acreditou, veio na janela para ver um boi voando! E ele respondeu: "Prefiro acreditar que um boi voe, a acreditar que um padre minta!"

E eu aqui, com respeito à Folha de Londrina, quero dizer: Continuo acreditando que em meus 27 anos de mandato prefiro ser surdo, do que ser um deputado mentiroso.

Essa é a parte que queria dizer, senhor presidente. E gostaria que esta Casa não protegesse fisicamente este deputado. Graças a Deus, estou em saúde perfeita para me proteger, mas, moralmente, não só este deputado, mas esta Casa, está passando por uma fase, que eu diria: temos que fazer uma reflexão, para saber o que é que existe por trás de tudo isso. Qual o interesse de desmoralizar deputado? Mentindo ao povo do Paraná, dizendo que um deputado não falou, quando estão aqui as notas

taquigráficas, que contradizem o que o jornal falou. Fica por isso mesmo?

E os meus eleitores, os meus munícipes, a minha família? Senhor presidente, tudo isso é uma palhaçada! Esse que está falando aqui é um boneco? É aquela arma de sabão que fugiu da Polícia Federal? Afinal, aonde queremos chegar?

Deputado Pessuti, dá para lembrar do "Andressito", a história que nós conhecemos.

Gostaria de dar um aparte, mas gostaria também senhor presidente, que me desse a oportunidade de falar do meu amigo Antonio Belinati.

Quando há mais de 30 anos, ele iniciava na rádio, eu também iniciava. Aqui está o mestre dos radialistas o Alborghetti, tantos outros, só que eu também trabalhava na rádio.

Fiquei amigo de Antonio Belinati.

Passados os anos, o Antonio Belinati, deputado federal e eu vereador. Cheguei em Brasília, fiquei 10 dias junto com Antonio Belinati, em seu apartamento, andando no seu carro, me atendendo e eu falava assim: Sou vereador de Mandirituba, o Belinati nem sabe que existe Mandirituba, me trata com atendimento 5 estrelas. E eu aprendi no berço. Quando a pessoa me dá uma coisa, eu quero dar dez.

O tempo foi passando, e o Belinati acabou saindo do PMDB, e entrou no meu partido o PDS.

O Belinati, sempre contestador ativo, sempre querendo enfrentar o desafio, começou a desafiar o Ney Braga, o Saul Raiz, porque ele achava que o Saul não ganharia a eleição e que ele, sim, poderia, ganhar a eleição para governador, do então candidato José Richa. Aí, não deu outra. Deram um massacre. Jogaram o Belinati em tal situação de perseguição, de pressão em cima dele, que na época era prefeito da 2ª cidade do Paraná, e uma das mais importantes do Brasil. Ele perdeu a eleição para deputado. Não ganhou. Mas sabe por quê não ganhou, senhor presidente?

Porque aquelas urnas de Uraí transformaram o voto do Belinati, para o voto do nosso companheiro Erondy Silvério, que não teve culpa nenhuma disso, mas alguém tinha interesse de dar uma resposta ao Paraná, que tinha que fechar a boca do Antonio Belinati. E ele ficou suplente.

Nessas alturas, me elegi prefeito. Falei, hoje eu vou participar e ajudar o Belinati.

Fui com ele para Corbélia e Braganey, quando aquele juiz fraudou as eleições.

Eu lá estava e falava assim: Belinati, não é possível! Vamos na casa do vereador, ele está querendo tanto, vamos dar um dinheirinho para ele, vai ser nosso cabo eleitoral.

E o Belinati me respondeu: Eu não tenho dinheiro! Ele não tinha dinheiro para fazer acerto, não conseguiu o suficiente para se eleger deputado.

Infelizmente para a classe política, quando saía de Curitiba para Maringá, o Deputado Gabriel Sampaio

morreu na estrada. Aí sim, as urnas de Uraí puderam ser abertas para mostrar a verdade que tinham roubado a eleição do Antonio Belinati. Depois que morreu o Gabriel Sampaio, o Belinati, primeiro suplente, assumiu, aí a Justiça de Uraí abriu as urnas e foi provado que os votos eram do deputado Antonio Belinati.

Naquela altura nós tínhamos um amigo em comum aqui em Curitiba, na Boca Maldita, que era o Gaúcho. O Belinati, chegou em Curitiba procurou por ele, e a mim, e ficamos percorrendo um local para que ele pudesse alugar um apartamento ou que pelo menos pudesse dar entrada na compra de apartamento. Moysés Lupion estava internado no Hospital Santa Cruz - o Gaúcho, o Belinati e eu fomos lá para falar com um parente do Moysés Lupion para aceitar vender o apartamento em parcelas e sem entrada porque o Belinati não tinha dinheiro.

No entanto, senhor presidente, o comentário era que o Belinati, prefeito de Londrina, tinha saído rico de lá que tinha roubado e roubado tanto, tanto, que era dono do Mato Grosso e ele sequer tinha dinheiro para comprar um apartamento em Curitiba! Tudo isto aconteceu com a presença deste deputado que acompanhava, que é meu amigo, independentemente.

Agora, sem entrar no mérito, porque todos nós políticos temos que ser, sim, denunciados e interrogados, porque a dúvida não pode se transparecer para a opinião pública. Se a opinião pública tem dúvidas a meu respeito, a respeito do Belinati, como prefeito, de um deputado aqui, tem que haver denúncia, sim. Sou totalmente favorável à denúncia, sou favorável ao inquérito. Por que não fazer inquérito?

Mas dentro das tramitações legais.

Em Londrina, os promotores, que conheço pessoalmente, não estão condizendo com a verdade. O juiz, influenciado por 30 ou 50 pessoas, que no chapa-dão e na rua ficam agitando inclusive vergonhosamente um padre português, que não conhece o Paraná, que antes eu conversei com ele, Padre Manoel Joaquim e ele me procurou quando faltavam 15 dias para o último prazo de filiação, pediu para entrar no meu partido e eu lhe perguntei se ele era eleitor, porque para ser eleitor e ser candidato, tinha que ser naturalizado, e ele queria ser candidato a prefeito, e ele me dizia que não, não era eleitor. Mas, o senhor não nasceu em Portugal? Não é português? Mas eu sou padre, vou ser candidato a prefeito.

Faltavam 15 dias, Moysés Leônidas, o prazo final para se filiar. Eu falei - não consigo, não tem jeito, porque uma naturalização sai de Curitiba, vai para Brasília, demora.

E logo a seguir, tomei conhecimento de que o padre, em 15 dias, de português virou brasileiro! Virou eleitor, não sei como! Sinceramente, não sei como, porque alguns portugueses me pediram há anos para eu conseguir a naturalização deles e eu não consegui, e o padre, em poucos dias, passou a ser eleitor e mais do que isto, o

dono da verdade. Passou a ser dono da verdade em Londrina!

E agora veio esse episódio da cassação do prefeito. Tudo bem. A Câmara de Vereadores é soberana, cassou o mandato. O Belinati foi cassado, ficou em Londrina e lá permaneceu, e eu fui o primeiro deputado, creio eu, ou talvez o primeiro político a visitá-lo em sua casa tão logo ele foi cassado, porque ele é meu amigo. E agora, com a decretação da prisão preventiva, que todos que são advogados sabem que é uma medida quando o cidadão é réu e está prejudicando o andamento do processo, está ameaçando a sociedade não tem profissão não tem residência, e não tem família.

Ora, o prefeito Antonio Belinati tem um filho deputado, tem uma esposa que é vice-governadora, está morando em Londrina, nunca saiu de lá, a prova foi a sua própria prisão, quando ele falou - querem me prender, venham aqui no meu apartamento - estou aqui, nunca saí de Londrina.

E chegaram e prenderam.

Tomei conhecimento, senhor presidente, senhores deputados estava no Norte, na minha casa em São Sebastião da Amoreira, onde também tenho residência. O Deputado José Maria Ferreira participou junto comigo do evento do aniversário de Assaí, excelente comemoração feita pelo Prefeito Mário. O Deputado Moysés Leônidas, esteve lá. Eles sabem que eu estava na região. Então, eu não saí de Curitiba como mensageiro do diabo, para falar com Antonio Belinati. Eu fui e ninguém me mandou.

Chegando lá, quando soube liguei o celular, falei com o delegado. Ele me falou: deputado, estou saindo. Estou fechando a delegacia, ao senhor como deputado vou franquear a entrada, para falar com o Prefeito Antonio Belinati.

Chegando na delegacia não foi secreto, tinha uma porção de repórteres lá. Hoje a Gazeta do Paraná fala de um deputado que não se identificou. Não sou eu. Se tem algum deputado aqui, que foi secretamente, que o diga. Mas eu não. Fui entrevistado pela rádio e televisão. Fiquei uma hora e meia dentro da cela, fechada, que um vitrô mas não tem vidro - acho que a maior parte das delegacias do Paraná e está aqui uma reclamação para o secretário de segurança, não tem vidro. Começou vir aquele frio, que deve estar até agora. Não tem sequer vidro. Na cela que o Antonio Belinati está, prefeito que governou Londrina por três anos, deputado, aqui por diversos mandatos, deputado federal. Ele está preso. Na minha opinião e na opinião dos advogados constituídos deste País, uma prisão ilegal, que não tem sustentação. Poderia ter sido preso, sim, no final do processo, mas não agora pois não é ameaça a ninguém.

Ao lado, tem uma cela com diversos presos. O meu assessor também estava junto. Ele é japonês e me falou: deputado, não sabia que japonês era preso. E entre eles havia um japonês também. Ele começou a tremer que confundissem ele e no fim ficasse prezo lá e o outro solto, porque japonês se parece muito um com o outro. O

Antonio Belinati, na nossa conversa, não falou em Assembléia Legislativa, no nome de nenhum deputado, no nome do governador Jaime Lerner, no nome de ninguém. A única coisa que ele pediu - não sei se posso, aqui falar, foi o meu celular, para pedir ao seu filho e à sua esposa, que não fossem visitá-lo. Falamos dos nossos encontros em Londrina e naqueles encontros que tivemos em todos os cantos.

Companheiros, era isso.

O Sr. Moysés Leônidas

Permite-me um aparte, deputado?

(Assentimento)

Deputado Cartário, antes de me pronunciar na tribuna, quero dizer-lhe que o ex-prefeito de Londrina, Antonio Belinati não precisa de defensores, porque está muito bem representado.

É uma unanimidade no mundo forense do Paraná, que a decretação da prisão preventiva é um ato, neste caso, extremamente arbitrário, do ponto de vista dos advogados, em especial daqueles que trabalham na área do Direito Criminal. O meu posicionamento já coloquei publicamente, porque acho que o instituto da prisão preventiva é para aquele que está criando alguma temeridade para a ação. Acho que foi cometido um excesso com o prefeito Antonio Belinati.

Vossa Excelência citou a participação do padre Manoel Joaquim e, me chamou a atenção, porque Londrina vive um momento muito conturbado. Aqui, de Londrina falo eu, porque tenho a minha vida inteira lá e conheço a cidade. Às vezes, vejo alguns de regiões distantes, companheiros daqui, que acabam bebericando um pouco e metendo o bico e a colher nas coisas da cidade. Acho que todos fazem parte do Paraná, mas de lá entendo eu; Londrina vive hoje um tumulto muito grande em que há uma confusão do que é opinião pública com opinião publicada, com convulsão social, com rebelião, e acho até que o prefeito Antonio Belinati se causou algum mal, não deve ser pago com o bem, acho que o mal não se paga com o bem, o mal paga com Justiça e nós estamos esperando que a Justiça realmente venha.

Agora, fico vendo algumas pessoas que estão neste movimento de moralidade, algumas por trás, querendo punir o Prefeito Antonio Belinati, que se estas pessoas nascessem outra vez, tivessem 2 ou 3 vidas, e quisessem trabalhar por uma comunidade, não iam fazer o que Antonio Belinati fez por Londrina, isto tem que ser reconhecido, se causou mal, a Justiça que trate, mas também tem que reconhecer o bem que já fez.

Aquela forma da prisão me entristeceu enquanto cidadão, enquanto cristão, enquanto político, por que nós todos estamos vulneráveis, porque hoje, no Brasil, lamentavelmente, o cidadão primeiro é punido para depois provar a sua inocência.

Acho até, já que Vossa Excelência citou esse cidadão, Manoel Joaquim, que tem, no meu ponto de vista, o monopólio da honestidade e da moralidade do mundo,

99% está com ele, 1% só se distribuiu para a humanidade. Representa a cúria metropolitana de Londrina, e ontem vi, num programa de televisão, ele dizendo que é representante do arcebispo, portanto, em todo este movimento o arcebispo de Londrina estava contra o Belinati, nesta movimentação de rua, na panfletagem tinha o seu representante que era o padre Manoel Joaquim.

No dia da prisão do Belinati volto a dizer que deixou todas as pessoas lúcidas, constrangido, porque não é um fugitivo e não é um bandido contumaz, o povo que é coordenado pelo padre Manoel Joaquim, vale dizer, pela cúria metropolitana de Londrina, porque ele está lá representando o arcebispo, fala isso declaradamente na imprensa, no dia seguinte os jornais estampariam algumas fotografias do movimento, e eu vi lá, uma foto do padre Manoel Joaquim, que estou reproduzindo no meu programa de televisão, 6ª feira, até estou questionando, agachado, colocando as caixas de rojão para soltar, em alegria pela prisão do Antonio Belinati.

Então, queria até, nesta colocação feita por Vossa Excelência ponderar aqui - até onde a igreja está para espezinhar o cidadão, para pisotear o cidadão, tendo nesta atitude o padre Manoel Joaquim, pública, representando a Cúria, soltando rojão pela prisão? Ali quer me parecer que ele estivesse trabalhando, salvando almas. Seria até melhor do que esta tentativa que ele faz, de tentar salvar aqui os mortais, que eu acho que é extremamente desgastante, para a igreja, esta atitude tomada pelo padre.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Deputado Moysés Leônidas eu concordo quando Vossa Excelência fala numa convulsão social em Londrina. Esse é o problema que levou, talvez o juiz a decretar a prisão preventiva do nosso companheiro Antonio Belinati.

Visto que eu tenho estado constantemente em Londrina, estou andando na rua, junto com Antonio Belinati, fomos almoçar em churrascaria, andamos ali na cidade, fomos, a pé do Hotel Bourbon até a Rádio Londrina e ninguém molestou Antonio Belinati. Pelo contrário, e Vossa Excelência pode estar certo, deputado, uma coisa que eu não sou é mentiroso, e eu estou falando a verdade, eu tenho falado isso com o Deputado Luiz Carlos Martins, quando venho do Norte, eu andava em Londrina com ele, e ele não foi molestado.

O padre Manoel Joaquim não representa a igreja não, ele é mentiroso, porque um padre que faz parte também da cúria de Londrina, que trabalha no Hotel Bourbon, pediu para o Antonio Belinati entrar e se filiar, no nosso partido, faz 12 dias. Eu sou católico, bastante católico e não aceito que um padre, como Manoel Joaquim, primeiro que ele devia ser preso porque não poderia pedir para um brasileiro ser preso, pois ele não é brasileiro e não é nem naturalizado, primeira coisa. E segundo, deixar as autoridades constituídas deste Estado serem induzidas por um cidadão que não tem sequer o direito de

votar e ser votado, sair na rua pedindo, como aquele espanhol que chegou no Rio de Janeiro e tinha aquela passeata e todo mundo gritando “bota fogo”, aí o espanhol correu na frente: Palácio é o Governo, assim está fazendo este português lá em Londrina. Só para lhe dizer, Deputado Moysés Leônidas que realmente Vossa Excelência é de Londrina, e a conhece muito bem mais do que eu.

Passo a palavra ao grande londrinense, Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

Também concordo com Vossa Excelência, não existe, talvez o Deputado Moysés falou como cristão, e realmente a prisão do ex-prefeito de Londrina me derrubou na hora da saída da delegacia, quando vi um cidadão empunhando uma arma, fiquei apavorado com aquilo, e eu não vi a cidade de Londrina na porta da delegacia, não vi! Cheguei em Londrina com 8 anos de idade, me criei no calçadão, ali me elegi vereador, me elegi deputado por 4 mandatos, vou me reeleger novamente por Londrina, por Curitiba, pelo Paraná, não tenho medo de eleição, não tenho medo do povo porque trabalho, como trabalha o Moysés, como trabalham todos os deputados desta Casa, e defendo muito este Parlamento que é um Parlamento honrado e defendo Vossa Excelência.

O que me deixou chateado é Vossa Excelência ter dito agora que em 15 dias, gostaria que nós fôssemos ao Consulado Português ou formássemos uma comissão...

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Deputado, o Consulado Português não tem nada com isso, é a Polícia Federal.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

Polícia Federal, me perdoe, me oriente, estou aqui para aprender, não quero ser o dono da verdade.

Queria saber como é que em 15 dias este padre consegue se naturalizar brasileiro, em 15 dias consegue um título de eleitor.

Vossa Excelência está me ouvindo? Queria saber como é que em 15 dias esse cidadão, que no programa de ontem mais ria do que falava. Estranhei até a conduta dele. Ele vivia rindo no ar, e eu quero saber como é que milhares e milhares de portugueses, espanhóis, italianos, a minha raça, japoneses, demoram para se naturalizar brasileiros, tirar a sua cédula de identidade, tirar o seu título de eleitor; quero saber que mágica foi esta que esse cidadão a que Vossa Excelência se refere, esse padre, como é que ele conseguiu se naturalizar brasileiro, tirar uma cédula de identidade, tirar o título de eleitor, e pelas informações que obtive agora de manhã é candidato a deputado estadual por Londrina.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Ele já era candidato a prefeito, e segundo informações, Deputado Alborghetti, ele esperava ser pelo menos o vice do Deputado Hauhy, e como não conseguiu ele se

abraçou de vez apoiando o Deputado Nedson, hoje prefeito de Londrina. Então ele realmente é atrevido, porque ele chegou, procurou se filiar rapidamente, sem ser eleitor e logo a seguir quer ser prefeito.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

Como que é? Ele tentou se filiar sem ser eleitor? É um crime eleitoral!

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Aí ele deve ter conseguido uma mágica, que inclusive Vossa Excelência e esse deputado podem até fazer um pedido de informação à Polícia Federal ou à Justiça Eleitoral, como que ele conseguiu essa façanha? Porque acho que o lugar dele seria na entrada de Foz do Iguaçu, onde os coreanos estão chegando e não conseguem entrar; ele é mágico, ele deve conseguir facilmente a cidadania desta gente.

Senhor presidente, encerro as minhas palavras agradecendo a Vossa Excelência, agradecendo a atenção dispensada por todos os nossos companheiros e lhes dizer de que eu, no lugar do Deputado Antonio Belinati que aqui está presente, continuaria sim, tendo muito orgulho, como ele está tendo e tem do seu pai. Se eu tivesse na condição da vice-governadora, teria sim, muito orgulho, em ser a esposa do Antonio Belinati.

A história, senhor presidente, nos dá cada resposta, e certamente a história do Paraná haverá de nos dar uma resposta totalmente diferente do que essa que está sendo colocada nesses dias sobre a família de Antonio Belinati.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente o Deputado Orlando Pessuti.

Quero esclarecer ao Plenário que o Deputado Geraldo Cartário usou o horário do Pequeno Expediente, o horário de Liderança do seu Partido do PSL e o horário da Liderança do Governo.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente e senhores deputados, acerca dessa tema, que da tribuna se manifestou o deputado Geraldo Cartário, certamente falarão os nossos líderes Waldyr Pugliesi, Deputado Nereu Moura e evidente que outros líderes de partidos que integram a Bancada de Oposição. Falarão hoje, amanhã, ou qualquer dia que for necessário se falar.

Evidentemente que, em meio a toda a manifestação do deputado Geraldo Cartário, vê-se que ele tem um sentimento de mágoa com relação aos espanhóis, principalmente por aquele espanhol que gritava: “Botafogo!” E não gritava: “Vasco!” Certamente, foi por isso que ele ficou mais emocionado na sua fala.

Senhor presidente, venho à tribuna no Pequeno Expediente para dar esclarecimentos maiores aos senho-

res deputados acerca da contribuição sindical rural que está sendo cobrada dos produtores.

Lembram os senhores deputados, que na semana passada nós, nos pronunciamentos aqui da tribuna, entramos em contato com o Senhor Ágide Meneghetti. Ele mesmo entendeu que de certa forma tínhamos razão nos argumentos que apresentávamos, que muitos são os produtores que estão questionando a cobrança desta contribuição sindical rural.

Nesse sentido, ele está encartando no boletim informativo da FAEP, que é distribuído a todos os produtores do Estado do Paraná, sindicalizados aos Sindicatos Rurais, um encarte especial, um boletim informativo, onde dá todas as explicações inerentes à contribuição sindical rural.

Solicito aos senhores deputados, todos recebem esse boletim informativo em seu gabinete - que atentem para estas informações. Aqueles que porventura não tenham recebido ou que no decorrer da semana não receberem as informações, que nos procurem, porque nós as temos.

Diz o seguinte, senhor presidente.

(Lê):

“Contribuição Sindical Rural
Patronal - CNA 2001

Desde 1997 a cobrança da Contribuição Sindical Rural - Empregador e da Contribuição Senar é feita, respectivamente, pelo sistema sindical rural (Confederação, Federações e Sindicatos Rurais) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem (Senar).

Até 1996 essas arrecadações eram feitas pela Secretaria da Receita Federal juntamente com o ITR (Imposto Territorial Rural), conforme as disposições legais vigentes (Decreto Lei nº 1166/71, artigo 1º, inciso II com redação dada pelo artigo 5º da Lei nº 9701/98, Lei nº 8022 e Constituição Federal, artigo 10, § 2º do Ato das Disposições Transitórias), de acordo com o Cadastro Fiscal de Imóveis Rurais (Cafir).

No ano seguinte, com base no disposto no inciso II, do artigo 17 da Lei nº 9393/96, a SRF forneceu à Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e ao Senar os dados cadastrais dos contribuintes enquadrados como empresários ou empregadores rurais, que possibilitaram a partir de 1997, a cobrança das contribuições pela Confederação e pelo Senar. Para que os objetivos continuem sendo alcançados é fundamental que os produtores rurais compreendam perfeitamente os procedimentos adotados e a base legal que fundamenta a cobrança da Contribuição Sindical Rural e a contribuição do Senar em todo o território brasileiro.”

Este encarte busca responder as questões básicas a respeito desta arrecadação tributária, assim como sobre a distribuição e a utilização dos recursos pagos pelo contribuinte. E aí, evidentemente, faz-se toda uma explicação acerca do que é o sindicalismo rural, as linhas de ação, a contribuição sindical rural, como ela acontece, no que ela

está embasada, principalmente nos artigos 578 a 591, da CLT.

Fala-se do cálculo da contribuição, da diferenciação que tem da cobrança da pessoa física para a pessoa jurídica, quem paga e como pagar, quem cobra, se o pagamento pode ser parcelado ou não, como proceder caso não tenha recebido o lançamento.

Destinação dos recursos arrecadados. Já anunciamos anteriormente, que 20% fica para o Ministério do Trabalho, 60% para o Sindicato Rural, 15% para a Federação da Agricultura e 5% para a Confederação Nacional da Agricultura. Todos os esclarecimentos estão neste encarte.

É bom que os senhores deputados conheçam, que os seus assessores conheçam, para que possamos orientar os produtores rurais. É evidente que o produtor rural que não estiver em acordo, e de acordo com este pagamento da contribuição rural, cabe a ele, evidentemente, procurar o sindicato para maiores esclarecimentos ou procurar o caminho judicial, protestando essa cobrança. Vale dizer que em alguns casos e em alguns Estados, alguns juizes têm dado razão aos produtores rurais. A grande maioria está estabelecendo o pagamento da contribuição sindical rural.

Faço este registro, porque semana passada falávamos da vinda do Doutor Ágide aqui, da necessidade de ele vir aqui para prestar esclarecimento, mas vejo que a leitura deste encarte, deste informativo é suficiente para que tenhamos as informações. E aí, evidentemente, cada um vai agir da forma que achar mais conveniente. Estamos reunindo produtores, conversando com eles, mostrando os caminhos que eles podem seguir. E sempre que alguma dúvida paira, estamos em contato com a FAEP.

Amanhã, no período da manhã, na Sala das Comissões, vamos ter um seminário para discutirmos um projeto de nossa autoria, que está tramitando na Casa há alguns anos, que trata das lesões por esforço repetitivo.

Então, os deputados que tenham interesse em debater este assunto com sindicalistas, com médicos, com pessoas do INSS, da Secretaria da Saúde amanhã, na parte da manhã, na CCJ, vamos ter um debate sobre este projeto que, possivelmente, semana que vem virá na Ordem do Dia. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

No Pequeno Expediente, Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK

Senhor presidente, senhores deputados. Eu, que sou um deputado do interior, sempre defendo os interesses do nosso trabalhador, do pequeno agricultor, do nosso professor, do nosso comércio, da nossa indústria.

E hoje, senhores deputados, aqui da tribuna, defendo o nosso herói brasileiro, aquele que é a existência da cidade, porque na verdade, em nossas cidades do interior é ele que dá lucro, que gasta no armazém, no

supermercado, na farmácia e no açougue, o nosso pequeno agricultor.

Senhor presidente e senhores deputados. Estive percorrendo os municípios do interior e ontem e hoje recebi mais de dez ligações, Senhor Presidente Hermas Brandão, do nosso pequeno agricultor, sobre o financiamento do Pronafin.

Queria dizer, senhores deputados, sempre tenho reclamado, não é possível que o nosso ministro da Agricultura, e outros que passaram pelos Ministérios em Brasília, não tenham conhecimento e não tomem atitudes sobre a política agrícola e principalmente em defesa do nosso pequeno, porque o Brasil, o Paraná, os municípios, precisam do pequeno agricultor lá no interior, com cinco alqueires de terra, dezesseis alqueires de terra ou 20 alqueires de terra, porque lá o pequeno agricultor vai ser feliz com a sua esposa, com seus filhos e ajudando o Brasil a crescer.

Deputados, no ano passado, a saca de milho custava R\$11,00, o adubo era de R\$18,00 a R\$20,00. Hoje, a saca de milho está R\$7,00 e o adubo já está na casa dos R\$30,00. Como é que o nosso pequeno agricultor vai poder, além do juro barato do Pronafin, como é que ele vai ter condições de pagar esta dívida?

E aí pergunto, Deputado Valdir Rossoni, o que adianta ter uma safra recorde? Não adianta nada. Não adianta, porque o pequeno sitiante está colhendo cem sacos, duzentos sacos, porque na maioria deles ainda é manual, e quando chega na época, não tem preço. É por isso que hoje, mais uma vez, levanto a bandeira para defender esse pequeno agricultor, este grande herói. São pequenos agricultores dos municípios da região de Campo Mourão e isto deve ser em todo o Estado do Paraná. São pequenos agricultores do Município de Roncador, onde tem o nosso deputado Miltinho Pupio, lá do município de Iretama, do município de Nova Tebas, enfim, são vários telefonemas que recebemos deste pobre trabalhador, deste herói brasileiro.

E, aqui, nesta tribuna, quero dizer que estarei entrando com requerimento ao ministro Pratine de Moraes, para que estude a forma de uma política agrícola, para que ajude este pequeno agricultor, este herói brasileiro.

E, aproveitando o momento, também dizer que recebi um ofício do ministro dos Transportes, Elizeu Padilha, onde informou de recursos que serão liberados ao Estado do Paraná na ordem, agora do mês de abril, de 40 milhões de reais, e que o total do orçamento hoje, do Estado do Paraná, de emendas de deputados, é na ordem de 106 milhões e oitocentos e um. E foram liberados, agora, 40 milhões.

Só para tecer um comentário mais uma vez, que aqui diz a construção da PR-487, no trecho de Porto Camargo a Campo Mourão, foram liberados 2 milhões. O zuk, o deputado Edno Guimarães, o deputado Nelson Garcia, enfim que sempre têm cobrado e reivindicado, deputado Edno Guimarães, não é possível, não sei o que

acontece, uma estrada de 40 anos. Nós, que somos os deputados da região, se liberou 2 milhões e agora está parando novamente a obra. E fico até pensando nós, do Paraná, que temos 3 senadores, dois que já foram governadores, não é possível o descaso que acontece no nosso Estado do Paraná. Uma estrada de suma importância para a nossa região, que é essa estrada Boiadeira e nós vemos mais uma vez ser interrompida. Olha, o que já foi feito de terraplanagem ao longo dos anos se perdeu, daí volta novamente. Quanto é que custa isso para fazer?

Então queria dizer não é possível. É preciso que esta Casa cobre também dos deputados federais, dos nossos senadores, porque não é possível! Quarenta anos uma estrada sendo reivindicada e cobrada! Inclusive o Governo do Estado, quando esteve em Umuarama, naquela oportunidade dizia que iria fazer a estrada, mas, como a estrada não é competência do Governo do Estado, que pediu a liberação para que se estadualizasse esta estrada, junto daqueles um mil e seiscentos quilômetros da estrada Boiadeira. Mas, o DNER disse: não! É competência nossa e bateu no peito! Então, o Governo do Estado não tem o que fazer em uma obra que é federal.

Concedo aparte ao deputado Divanir Braz Palma, da cidade de Maringá.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Vossa Excelência, deputado, está no Pequeno Expediente.

O SR. NELSON TURECK

Senhor presidente, peço o Horário da Liderança do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Perfeitamente! O senhor fará uso do Horário do PFL.

O Sr. Divanir Braz Palma

Deputado Nelson Tureck, nós também, que nos identificamos como deputado da região Noroeste, inclusive da região onde passa a estrada Boiadeira, queremos parabenizá-lo pela sua preocupação, que é a preocupação nossa, do Nelson Garcia, enfim, de todos os deputados da região, Edno Guimarães. E vou dizer, o Governo do Estado está fazendo a sua parte. Aquela ponte de Porto Camargo está praticamente pronta, e agora vai ficar inutilizável, porque não tem como usar a ponte, uma ponte caríssima, de mais de cem milhões, com aquelas estradas estreitas, principalmente a estrada Boiadeira.

Então, somamos a Vossa Excelência, os seus esforços. Vamos cobrar do governo federal, da bancada federal, porque a estrada Boiadeira já elegeu vários governadores, vários deputados, em quatro décadas. E realmente está aí, faz um trecho, vem a erosão, acaba com ele. Aí faz outro e assim vai e não sai do lugar.

Concordo com Vossa Excelência e estamos juntos nessa luta.

Muito obrigado!

O SR. NELSON TURECK

Concedo aparte, também ao Deputado Fernando Ribas Carli, da cidade de Guarapuava.

O Sr. Fernando Ribas Carli

Nobre Deputado Nelson Tureck, muito oportuno o seu pronunciamento. Quero fazer coro às suas colocações. Recebi em meu gabinete esta mesma correspondência do ministro Elizeu Padilha, dando conta dos recursos que foram liberados para o Estado do Paraná. E causou-me surpresa, como causou ao nobre Deputado Nelson Tureck, que uma rodovia como a Boiadeira, que tem uma história neste Paraná, e embora não seja da região da Boiadeira, tenho ligações históricas, porque a Boiadeira foi aberta por um guarapuavano, Emanuel Mendes de Camargo, que no início do século, abriu à picada, saindo de Guarapuava e chegando até o Mato Grosso, para ir buscar gado naquela região.

Hoje, assistimos o Governo do Paraná investindo polpudos recursos na construção de uma ponte que vai integrar os Estados do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Norte, e região Centro-Oeste do Estado com o Paraná, com o Porto de Paranaguá. Por outro lado, assistimos o governo federal liberar dois milhões de reais. Estão brincando conosco! E não é só essa liberação, o senhor tem em mãos e certamente já avaliou os outros recursos, liberaram em torno de um milhão e meio para pontos críticos do Estado. Temos a rodovia que liga Guarapuava a Campo Mourão, na sua região, passando de Pitanga; de Pitanga até Campo Mourão está praticamente intransitável. E não temos os recursos federais para serem aplicados naquela rodovia.

E aí, nobre deputado, faço coro às suas colocações, para que esta Casa, todos juntos façamos a cobrança dos nossos representantes a nível federal.

E, já de posse desse documento, solicitei a Brasília um levantamento de quanto, qual o valor dos recursos que foram liberados pelo governo federal, para outros Estados, fora das emendas orçamentárias, porque as emendas, cabe a cada deputado federal um milhão e meio de reais. Agora, existem os recursos da dotação de cada Ministério, que é ao livre arbítrio do ministro, são liberados para os Estados. E nós já pedimos esta relação dos outros Estados para fazermos um comparativo, porque queremos que os nossos representantes, principalmente os representantes do Estado lá em Brasília, que são os três senadores, reivindiquem pelo Estado, porque muitos ou todos os deputados federais, normalmente, reivindicam recursos para a região que representam, como nós deputados estaduais reivindicamos recursos para nossa região. Nós temos que cobrar dos representantes do Estado, lá em Brasília, para que estes recursos cheguem ao Paraná, como nós assistimos chegar a Santa Catarina,

ao Rio Grande do Sul, a São Paulo, para concluir uma ponte sobre o Rio Paraná, que já falei desta tribuna, que ainda quando estava em Brasília, esta ponte já estava na casa dos 600 milhões de reais.

Parabéns pelo seu pronunciamento. Vamos juntos! Eu me somo ao seu pronunciamento e à sua luta, para que consigamos trazer recursos para o Estado e para que façamos os representantes verdadeiros junto à União, que são os senadores, reivindicar e trazer recursos para a estrada da Boiadeira e para todas as rodovias federais que cortam o nosso Estado!

Muito obrigado, deputado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vossa Excelência tem um minuto para terminar seu pronunciamento.

O SR. NELSON TURECK

Concedo aparte ao Deputado Edno Guimarães, da cidade de Cianorte.

O Sr. Edno Guimarães

Meu caro Deputado Nelson Tureck, tenho acompanhado seu trabalho como parlamentar.

Lembro-me desde o mandato passado, que muitas vezes tanto o senhor como nós estivemos nesta tribuna, brigando pelo término desta obra, que parece a Torre de Babel: nunca chega até o final. E agora, ouvindo as palavras do Deputado Ribas Carli, também do deputado Divanir Braz Palma, e o comentário que Vossa Excelência tem feito, preocupado desde a agricultura até o término desta obra, que ali é o nosso corredor de exportação, ali é onde vão passar os alimentos colhidos no Noroeste do Paraná e no Sul do Mato Grosso.

Com a ponte de Porto Camargo, agora, a Porto Figueira, entre Porto Camargo e Porto Figueira, prontas, nós vamos ficar sem a rodovia, vai ficar como um cidadão de gravata e sem camisa. E o governo federal, não faz a parte dele. Agora estão liberando recursos que não dá para fazer 5 quilômetros de estrada. Não é possível! A estrada estava sendo construída, estava indo bem a obra, quando o ministro esteve em Umuarama junto com o governador do Estado, e nós, todo mundo animado, achando que ele iria liberar recursos suficiente para pelo menos chegar em Cruzeiro do Oeste. As obras paralisaram. As obras estão paradas. Fizeram, agora, a terceira pista, acostamento, canaleta. Mas, o essencial, que é a ligação da pista, para que nós tenhamos o trânsito livre transportando as cargas de alimentos do Noroeste do Paraná e Sul do Mato Grosso, param novamente as obras.

Então, quero somar com Vossa Excelência.

Não faz tempo que estive na tribuna, falando sobre o término da estrada Boiadeira e outras obras mais do Paraná. Mas, nós queremos nos somar com esta sua preocupação, e vamos defender, vamos levantar a bandeira e

vamos dar um basta! Esta rodovia tem que ser concluída o mais breve possível.

Muito obrigado.

O SR. NELSON TURECK

Agradeço as palavras dos nobres deputados e dizer senhor presidente, vou usar desta tribuna quantas vezes for preciso. Vamos fazer um mutirão nesta Casa de Leis, através do nosso presidente, para cobrar dos nossos representantes e deputados federais e de três senadores do Paraná, inclusive dois que foram governadores, porque nós não podemos aceitar tantos recursos que o governo federal tem mandado para outros Estados e nós, a estrada Boiadeira, que tem história para contar, ouvindo agora o discurso do Deputado Fernando Ribas Carli, da cidade de Guarapuava, nós vamos juntos, coletivamente, nesta Casa de Leis, com apoio dos deputados que são de outros partidos, inclusive do Deputado Orlando Pessuti, que também tem batalhado e lutado muito por esta rodovia tão importante e tantos prejuízos trouxe ao Estado do Paraná.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. CUSTÓDIO DA SILVA (Questão de Ordem)

Senhor presidente, estivemos há pouco na Ópera de Arame, participando do lançamento do programa “Pacto Pela Vida”, em defesa da vida das nossas crianças. O programa visa acompanhamento da criança, desde seu nascimento até completar sua maioridade, e lá esteve a presença do nosso querido prefeito, Cássio Taniguchi, Secretário da Saúde, Luciano Dulcin. Quero aproveitar também, senhor presidente, para deixar registrado aqui a presença do grande líder comunitário da cidade de Curitiba e região metropolitana, Paulo Roberto, conhecido como Paulinho Paiaçã.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Embora não seja uma questão de ordem, fica registrado.

Com a palavra o deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, deputado Augustinho Zucchi, senhores e senhora deputada.

Não estava aqui no momento em que o deputado Elio Rusch pediu a questão de ordem, estava concedendo uma entrevista à imprensa. Anteriormente havia dito que o deputado Elio Rusch tem sido truculento no exercício da presidência desta Casa, porque não tem respeitado o Regimento.

E ontem quando o deputado encerrou a sessão, não obedecendo uma solicitação deste parlamentar, que pediu uma questão de ordem, eu estava baseado no Artigo 155 do Regimento Interno, senhor presidente. E mesmo assim, o deputado Elio Rusch encerrou a sessão sem me

conceder a palavra. Assim como se comportou com o deputado Ângelo Vanhoni em sessões anteriores.

Por isso, quero ressaltar mais uma vez, que não tenho absolutamente nada pessoalmente contra o deputado Elio Rusch, apenas quero exigir que ele cumpra o Regimento Interno desta Casa, e solicitar ao deputado Hermas Brandão, que ele que tem sido um presidente à altura deste Parlamento, conduza as sessões, para que não tenhamos problemas, percalços no trâmite das sessões legislativas.

Senhor presidente, o que quero falar hoje é em relação a este problema que envolve o Prefeito de Londrina, Antonio Belinati.

Quero dizer aqui, ao Deputado Antonio Carlos Belinati, que é constrangedor, para nós deputados, falar sobre este assunto, porque temos por ele respeito e consideração. Por isso, nos é difícil abordar este assunto, até porque, como já disse, temos pelo nobre parlamentar da cidade de Londrina, respeito, consideração, e sempre se comportou de forma decente, nesta Casa. Mas, cumprindo o nosso dever, a nossa obrigação, de homens e mulheres que representam a população, nós não podemos fazer como o avestruz, enterrar a cabeça para não ver as coisas acontecendo.

Também acho, senhor presidente, deputado Augustinho Zucchi, que o prefeito Antonio Belinati, está arcando com as consequências sozinho. Aquelas pessoas que foram responsáveis pelo escândalo vergonhosos, que também fossem solidários com o prefeito Belinati, nesse instante não o abandonassem, não o traissem e que pudessem vir a público para defendê-lo, para assumir a responsabilidade também, de forma solidária. Mas nós observamos que fogem, se escondem e jogam toda a culpa no ex-prefeito de Londrina.

Senhor presidente, isso não é surpresa, porque esse pessoal que está no Palácio Iguaçu, sobretudo no terceiro andar, já está acostumado a se comportar dessa forma, de não reconhecer os seus companheiros quando estes passam por momentos difíceis.

Nós temos tido informações pela imprensa, porque graças a Deus, nunca fui companheiro político do governador que aí está, mas tenho observado pela imprensa que, quando algum companheiro entre em complicações ou problemas difíceis, o Palácio Iguaçu se cala e joga este companheiro na cova dos leões, assim como está fazendo com o prefeito de Londrina, Antonio Belinati.

Gostaria que o prefeito de Londrina, Antonio Belinati, pudesse contar tudo que sabe em relação ao escândalo envolvendo o Estado do Paraná, de quem partiu a ordem, no mês de maio de 98, para comprar as ações do Sercomtel, de quem partiu a ordem para usar o dinheiro para financiar a campanha política do governador Jaime Lerner. E aí, em consequência disto financiar a campanha política daquelas pessoas que faziam parte da chapa do governador Jaime Lerner.

(Continua o discurso usando Horário da Liderança do PMDB)

Senhor presidente, a história do Paraná registrou, há pouco tempo atrás um episódio bem mais leve do que este que vemos hoje, e que resultou na cassação de um governador, o senhor Haroldo Leon Perez, que foi cassado porque um empresário de Curitiba gravou uma conversa, onde ele pedia comissão por uma obra realizada no Paraná.

Isto é insignificante perante os escândalos que todos os dias o Paraná assiste, perpetrados pelo governador Jaime Lerner.

A sociedade do nosso Estado sabe, um por um, tudo o que há de errado, de podre, patrocinado pelo Governo do Paraná.

Nós aqui nesta Casa estamos cansados de gritar ao Paraná, relacionar os episódios tristes que a população envergonhada assiste, e que são originários ali, no 3º andar do Palácio Iguazu, porque, quando ocorre, deputado Irineu Colombo, o escândalo envolvendo o Hitoshi Nakamura, o escândalo envolvendo Oswaldo dos Santos Filho, o escândalo envolvendo a Secretária da Fazenda, a Copel, a Sanepar, o culpado é o governador, porque o povo do Paraná o elegeu para governar o nosso Estado.

Não foi o Ficinski que foi pedir voto lá em Medianeira para se eleger governador. Não foi o Rafael Greca, conhecido pelos bingos, pela Nau Capitânea, que foi lá em Cascavel pedir voto para se eleger governador. Foi o Senhor Jaime Lerner, que foi pedir voto à população.

E ele é o culpado pela desgraça que assola o nosso Estado, pela vergonha que atinge o Paraná, pelos escândalos cabeludos que a cada dia são apontados neste Paraná, fazendo com que o Estado se torne motivo de chacota a nível nacional. E aí, como se fosse uma cascata, a corrupção aqui na Prefeitura de Londrina, a corrupção aqui, na Prefeitura de Maringá, a corrupção aqui, na Prefeitura de Foz do Iguaçu, a corrupção aqui, na Prefeitura de Ponta Grossa, e por aí vai, a Imprensa Oficial, a Sanepar, a Copel, o Banco do Estado, não há um órgão hoje em nosso governo, que não tenha tido uma denúncia de corrupção.

E o governador passa de santinho, de bonzinho, e nada faz, e seu governo apodrece, carcomido pelo vício da corrupção e da desonestidade.

Por isso, Senhor Presidente, Deputado Irineu Colombo, temos motivos mais do que suficientes para pedir a cassação do Governador Jaime Lerner. Temos motivos mais do que suficientes, nesta Casa, para propormos o seu “impeachment”, porque não tem moral, não tem as condições necessárias para governar o nosso Estado.

Já podemos reunir quilos e mais quilos de graves denúncias que atingem o governo, por completo e em cheio.

E nós não podemos mais, Deputado Irineu Colombo, Vossa Excelência que levantou esta tese aqui nesta Casa. Não podemos mais fazer como avestruz. Temos que cumprir o nosso mandato, com respeito, e limpar e banir da vida pública, aqueles políticos que não

se portam com a decência que o povo exige do homem público.

Aqui fica a posição do PMDB.

Nós, a partir de hoje, vamos enumerar todos esses escândalos, vamos reunir toda essa documentação para apresentar nesta Casa, para verificarmos com profundidade as graves denúncias de corrupção patrocinada pelo Governo do Paraná e que determinaram a cassação do Prefeito de Londrina e sua posterior prisão, o que determinaram o afastamento do Prefeito de Maringá e por aí afora, e os outros escândalos a população do Paraná conhece e sabe de cor e salteado, e a gente anda pela rua e o povo fala entristecido - que vergonha! Que lamentável! Jamais imaginávamos que o Paraná, palco de tantas obras fantásticas e maravilhosas pudesse ser palco de escândalos que envergonham a todos nós.

Por isso fica aqui registrado, senhor presidente que aquilo que o Senador Requião falou na sexta-feira, nós iremos levar ao pé da letra e dentro de poucos dias queremos apresentar nesta Casa toda a documentação comprovando as irregularidades, a prática da corrupção pelo Governo do Estado para que possamos afastar o governador, a vice-governadora, e mudar a página política do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Último orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Neivo Beraldin.

Consultamos Vossa Excelência se irá usar também o horário do Grande Expediente, que Vossa Excelência está inscrito.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, senhores deputados, ocupo a tribuna na tarde de hoje para tecer alguns comentários, a respeito de algumas CPI's instaladas aqui na Assembléia Legislativa, algumas já encerradas, como a CPI dos Medicamentos, a CPI do Roubo de Cargas, a CPI dos Combustíveis, a dos Supermercados e a do Tráfico. Foram cinco CPI's que a Assembléia Legislativa manteve neste trabalho o tempo todo, algumas com bons resultados, outras questionadas por alguns deputados, inclusive o relatório, e fica uma indagação para os deputados aqui desta Casa sobre o resultado prático destas CPI's.

No entanto, senhor presidente, senhores deputados, num outro momento criou-se mais cinco CPI's, senão vejamos - a CPI do Fórum aqui, da construção do Fórum do Centro Cívico, a CPI do Desvio de Recursos do MST, a CPI da América Logística, a CPI da Poluição do Rio Iguaçu, e a CPI da Telefonia.

Então, senhores deputados, observando essas cinco CPI's que já foram concretizadas e essas cinco que estão para ter um andamento agora, que já estão constituídas, mas levam a pensar que não estamos conseguindo convencer a sociedade sobre esses temas abordados e sobre os objetivos traçados por essas CPI's, como agora estamos vivendo num mundo real, onde tudo transparece,

onde tudo acontece através da mídia, evidentemente que esta Casa está exposta também propondo essas CPI's que alguns dizem CPI, que possa ser CPI laranja, a outra é CPI cor de rosa, a outra é da poluição e tal.

Senhor presidente, senhores deputados, não quero ser o dono da verdade e nem o dono da razão, mas sugiro, visto que o Congresso Nacional acaba de aprovar a CPI da Corrupção em Brasília, visto que é o grande mote, hoje, o grande objetivo da população é a questão da ética na política. O assunto corrupção é um assunto que a população quer ver passado a limpo. Se desejamos de fato transparecer, com competência e eficiência, na nossa modesta opinião, poderíamos elaborar uma única CPI, englobando todos estes temas, que são conhecidos da população.

Por exemplo, a questão do Banestado Leasing - quem do Paraná não conhece essa questão? Quem no Paraná não tem dúvida e tem certeza que alguém será condenado em relação ao Banestado Leasing! Só que ninguém foi lá! Ninguém quebrou o sigilo fiscal dos membros do Banestado Leasing! A questão da venda do Banestado. A questão do Jogos Mundiais da Natureza ou a questão da venda da Sanepar. A questão do endividamento do Estado, do atual governo - endividamento com dívida do Brasil e fora do Brasil. A antecipação dos royalties de Itaipu, por exemplo, é outro tema que não conhecemos. A questão do pedagio!

Não quero dizer que o estudo que fiz possa ser um estudo perfeito. No entanto, o que pretendo convencer o Plenário desta Casa, de que se tome uma atitude maior e que se deixe de lado os interesses menores ou os interesses do governo, para preservar esta Casa. Porque se o governo vai mal, e vai mal e vai muito mal, esta Casa não pode seguir o mesmo caminho.

Temos que dar um exemplo, que seria um exemplo maior. Tirarmos essas CPI's que não são de interesse social, eliminarmos aquelas que foram instituídas por pressão do Palácio Iguaçu, e fazermos CPI da Assembléia Legislativa, convocando os assessoramentos do CREA, do Sindicato dos Engenheiros do Paraná, quando se refere a obras públicas; contratando se preciso for, com recursos da Assembléia, uma auditoria particular, para auditar as contas do Banestado; convocando técnicos competentes e capazes, para analisar a venda do Banestado; convocando alguém, uma auditoria particular para avaliar, por exemplo, quantos milhões de reais foram vendidos de ações da Copel, ao BNDES.

Essa auditoria particular se faz necessária e urgente, porque estamos próximos de analisar as contas dos governos Lerner, Requião e Álvaro Dias. Quem é que conhece os volumes, e quem é que tem uma assessoria à altura, para analisar com profundidade essas contas?

Acho que a Assembléia Legislativa tem que determinar um recurso para contratar auditorias independentes, porque o profissional vai assinar embaixo e vai responsabilizar-se pelo que fez. Vai auditar aquilo que o Tribunal de Contas auditou. Vai verificar, em nome desta

Casa, porque o Tribunal de Contas tem um corpo técnico muito bom, mas também tem o corpo político que são os conselheiros, seus assessores de confiança, os técnicos podem realizar o relatório competente e os assessores, nomeados como confiança dos conselheiros, modificar o relatório, e o Plenário pode modificar o relatório. Agora aqui, não se faz só o relatório, aqui se decide se aprova ou se rejeita as contas do governo. E se nós formos verificar as contas do governo, vamos verificar que o próprio Tribunal de Contas, por resolução interna, aumentou a sua capacidade financeira. Se nós formos verificar as contas que eu estou olhando, os quase 2 milhões de ações que foram vendidas da Copel para o BNDES, sequer o governo informou ao Tribunal e a esta Casa o quanto vendeu, como vendeu e para quem vendeu. Se formos olhar as contas de 98, vamos verificar que o governo gastou 25% a mais do que nos outros anos, em propaganda. Se formos verificar, o Governo do Paraná, conforme atestado do Tribunal de Contas, gasta mais em propaganda que os Estados de São Paulo e Bahia. E como é que vamos aprovar as contas, se o governo passou para 4, 5 agências de publicidade, autonomia para gastar todo este dinheiro?

Concedo o aparte do Deputado Luiz Carlos Martins.

O Sr. Luiz Carlos Martins

Deputado Beraldin, quero parabenizá-lo pelas colocações na tribuna. Acho interessante acabar com todas as CPI's que existem e criar uma só, mas eu faço uma sugestão, não só a Vossa Excelência mas a esta Casa e também à Mesa Executiva: que coloquemos nesta CPI, única CPI, da corrupção, coloquemos 3 temas dos últimos governos do Paraná, de cada governo. Então, pega 3 temas do governo Álvaro Dias, 3 temas do governo Requião, 3 temas do governo Jaime Lerner e assim por diante.

É uma sugestão que eu faço.

O SR. NEIVO BERALDIN

Deputado Luiz Carlos Martins, Vossa Excelência sabe que nossa função é legislar e sobretudo fiscalizar o Executivo, então não seria além da nossa obrigação fazermos isto, aliás já devíamos ter feito isso, há muito tempo, afinal para que é que fomos eleitos?

Só que, antes, a Assembléia tem mudado muito com o nosso presidente Hermas Brandão, a coisa aqui ficou mais democrática, mais aberta, o poder pulverizou, agora a nossa realidade é outra. Agora nós não cumprimos essa função, nós é que erramos não cumprindo essa função! Como é que pode o Tribunal de Contas dar o parecer seguinte? "Verifica-se que o governo não informou quanto gastou em publicidade, no entanto é preciso recomendar que, ano a ano vem aumentando a despesa". Aí lá ele coloca 10 crimes cometidos pelo governo, mas no final: "analisando que em cumprimento do artigo tal da lei tal, a prestação de contas está em condições de ser

aprovada”. Aí chega este pacote aqui na Assembléia Legislativa e vai na Comissão de Finanças e a Comissão de Finanças, sem uma equipe de auditoria capaz, dá o parecer que as contas estão em condições de serem analisadas. Na hora que estiver esta questão na pauta do dia, quero perguntar aos membros da Comissão de Finanças, se é que eles fizeram um estudo aprofundado, para dizer que estava OK, e por que estava OK? Pelo menos dizer: Olha, o Estado tinha X de compromissos de dívida externa e interna e agora tem Y. Por que tem isso?

Concedo o aparte ao Deputado Geraldo Cartário.

O Sr. Geraldo Cartário

Deputado Beraldin, o assunto que Vossa Excelência está levantando, tem, por parte dos observadores políticos do Estado, entrado em discussão sobre o Tribunal de Contas do Estado, e é oportuno o seu pronunciamento, quando pela primeira vez esse deputado vai falar sobre o Tribunal de Contas. Eu não tenho nem elogiado nem criticado; tenho observado. E eu tenho visto com muita apreensão que alguns prefeitos se preocupam demais com as punições do Tribunal de Contas, quando na verdade elas não existem por parte do Tribunal de Contas, e isso traz inclusive um fortalecimento muito grande ao Tribunal de Contas em detrimento da Assembléia Legislativa ou das Câmaras Municipais. Então, nós aqui da Assembléia, que temos diversas comissões, poderíamos, com a permissão do presidente desta Casa, começar a divulgar às Câmaras Municipais quais as verdadeiras razões da existência do Tribunal de Contas.

Eu tenho nos conselheiros do Tribunal de Contas um apreço muito grande, nada contra nenhum deles, simplesmente eles estão dentro das suas atribuições, agora por parte de alguns prefeitos, eles que aumentaram as atribuições dos conselheiros, até mesmo deputados que ficam ali nos corredores do Tribunal, esperando para falar com esse ou com aquele conselheiro, eles que estão denegrindo a imagem da Assembléia, visto que as atribuições dos conselheiros do Tribunal de Contas são claras e transparentes, e eles não atropelam essa autoridade, pelo contrário, se quer dizer que o conselheiro é todo poderoso, por que não aceitar isso? A culpa é única e exclusivamente da classe política.

Veja, por exemplo, o Tribunal de Contas apenas emite o parecer técnico, a aprovação é por parte da Câmara de Vereadores, mas os prefeitos, alguns deles, pensam ao contrário. Quem poderá puni-los ao ponto de não poderem mais ser candidatos é o Tribunal de Contas, quando não é a Câmara de Vereadores é o Ministério Público. O Ministério Público é soberano nesse assunto.

Então, eu nunca me preocupei com autoridade em demasia por parte do conselheiro do Tribunal de Contas, eu me preocupo, sim, em informar os prefeitos que representam, que eles têm que obedecer a lei e uma boa convivência com a Câmara de Vereadores, nada mais, porque a partir daí é justiça, é Ministério Público, e o Tribunal de Contas não existe para pressionar ou assustar quem quer

que seja, muito menos os prefeitos. Infelizmente acontece isso, por parte das contas do Governo do Estado, meu nobre deputado, e cabe a nós termos a altivez suficiente para mostrarmos que estamos acima do Tribunal de Contas.

O SR. NEIVO BERALDIN

Deputado Cartário, a minha opinião em relação ao Tribunal de Contas está formada, se eu pudesse e se eu tivesse um assessoramento técnico, se nós tivéssemos, nós deveríamos fazer o seguinte: os técnicos do Tribunal de Contas passariam a auxiliar a Assembléia Legislativa, e os conselheiros seriam aposentados a bem do serviço público, e os cargos de confiança extintos, aí então começaríamos a conversar sobre um mundo diferente, um mundo aonde a Assembléia Legislativa teria uma assessoria técnica competente e capaz, e aonde poderíamos economizar muito dinheiro público.

Então, sobre essa e outras, eu não quero me alongar porque eu preciso encerrar o meu pronunciamento, mas quero deixar à reflexão dos deputados o seguinte: uma Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída de 7 membros, para o prazo de 120 dias apurar as irregularidades de corrupção já conhecidas e que esse texto possa ser elaborado, ou melhorado ou aprimorado pelo Plenário da Assembléia Legislativa, mas que deixemos de lado esse faz-de-conta, essa mentira, temos 5 CPI's, não dá, 5 CPI's é muita CPI, não tem jeito, vamos àquilo que interessa, aquilo que interesse é o povo, esse é o discurso prático, simples, limpo. Não há problema. É buscarmos aqui um texto razoável e, que busque um trabalho eficiente.

Porque a CPI pode criar através do relator, do sub-relator. Cada sub-relator pode cuidar de um assunto específico. Um sub-relator pode cuidar do Banestado, o outro dos Jogos Mundiais da Natureza, o outro do Banestado Leasing. Enfim, os membros da Comissão poderiam atuar amplamente, a exemplo do que foi feito aqui em 1983, quando do governo Richa.

O Deputado Orlando Pessuti lembro muito bem disso, porque foi feita uma CPI ampla e restrita e se chegou a algumas conclusões. Até tivemos a oportunidade, dois secretários convocados aqui na Assembléia Legislativa, que era o Belmiro Castor e o Garanhão, que tivemos altos debates e altas discussões em relação àquela CPI mais ampla.

Então, senhor presidente, encaminhei, em nome da Comissão de Meio Ambiente da assembléia Legislativa, um ofício ao doutor Marco Antônio Teixeira, eminente procurador Geral da Justiça do Estado do Paraná, aonde pode a fiscalização do Ministério Público sobre as ONG's do Estado do Paraná, visto que essas mesmas ONG's têm servido como imobiliária dos americanos para comprar terras aqui e no Brasil inteiro.

Dentro desse mesmo assunto, fiz contato ontem e hoje com a CPI do Senado, que trata exatamente desse assunto. Assunto das ONG's no Brasil. E solicitei ao presidente da CPI, para que ele se instale aqui no Estado do

Paraná, para discutir a questão das ONG's e, muito especificamente, a questão da SPVS.

Então, segundo conversei com os senadores e assessores, a CPI do Senado está disposta a passar um dia inteiro aqui. Naturalmente, ela virá aqui já com as informações necessárias e com os nomes que precisará ouvir, que não vai passar, evidentemente, do Hitoshi Nakamura, do Meio Ambiente, que não sei onde anda, mas, com certeza, vai reaparecer, se a CPI do Senado aqui vier.

Virão aqui todos os convênios que o Estado elaborou com essas ONG's e não escapa também Curitiba, que também tem elaborado convênios e altos recursos públicos, que passam via a essas ONG's.

Não quero generalizar, algumas ONG's, não são ONG's. A SPVS não é ONG. É uma empresa, porque tem funcionários, compra terra, e o dia que ela não for mais, não tiver mais essa sociedade, para quem é que vão essas terras? O que é que eles têm de interesse, comprando metade do nosso litoral? Têm interesse ao acesso a nossa biodiversidade? Por que eles querem certificar essas áreas?

Como diz o Tratado de Quioto, que certificando determinadas áreas, você pode emitir bônus, porque essas áreas verdes sequestrariam X carbono e diminuiriam a destruição da camada de ozônio, assunto esse que vamos discutir aqui no Seminário, no dia 04 de junho, aonde traremos técnicos da USP representantes do Banco Mundial e do BNDS. Aonde vão explicar e orientar como se faz um plantio adequado para que, na sequência, possa ser certificado e a empresa possa emitir na Bolsa de Nova Iorque ou em qualquer lugar do mundo, como único objetivo de diminuir a destruição da camada de ozônio.

Agora, o que querem os americanos? Eles contribuem com 35% da poluição mundial! Eles querem comprar as nossas áreas verdes, baratas, de graça quase, para ser certificadas e para dizer o seguinte: "Não, só poluímos os Estados Unidos mas preservamos o Terceiro Mundo, compramos X terras conforme certificação aqui atestada e estamos, então, compensando a nossa poluição.

Ora! Senhores deputados, hoje tem um jantar SPVS. Insistiram, insistiram e insistiram para que eu lá comparecesse. Jamais compareceria, porque sou presidente da Comissão de Meio Ambiente e estou denunciando. Estranho a "cara de pau", a falta de vergonha na cara, ao vir tentar convidar um deputado que é presidente da Comissão de Meio Ambiente e que trabalha em cima desse assunto, tentando se aproximar. E olha, não costumo desviar o meu curso. Tenho uma linha de conduta desde que ingressei na vida pública e não costumo desviar.

E, com certeza, vindo aqui o Senado da República - através da CPI do Senado, muita coisa será elucidada aqui no Estado do Paraná, especialmente nesta área ambiental.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, não quero que a sessão seja atropelada. Ocorre que nós, membros da CPI da Telefonia, marcamos uma audiência pública agora às 16h00 e estamos próximos às 17h00. A pessoas que foram intimadas a depor já estão aguardando. Então, queria pedir a compreensão de alguns parlamentares que ainda desejam se manifestar, se pudessem colaborar, deixar seu discurso para amanhã, se não for um assunto, evidentemente, que venha ao encontro a alguma situação de momento.

Pediria esse obséquio dos companheiros, que a gente pudesse agilizar a sessão desta tarde para podermos descer para o plenarinho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Esta Presidência acolhe a solicitação de Vossa Excelência e faz um apelo aos parlamentares, tendo em vista que temos uma Sessão Extraordinária na sequência.

No horário da Liderança do PDT, concedo a palavra ao Deputado Eli Ghellere.

O SR. ELI GHELLERE

Senhor presidente, senhores deputados. Venho à tribuna deste Parlamento como porta-voz da região Oeste do Estado do Paraná. Recebi no início de março uma correspondência do Conselho de Segurança Pública de Foz do Iguaçu, alertando sobre os problemas da segurança no Oeste do Paraná.

Naquela oportunidade, no dia 12 de março, mais especificamente, usei esta tribuna, - onde foi feita a denúncia, e onde esta Casa de Leis aprovou o requerimento ao Governador Jaime Lerner para que tomasse as providências, para que a nossa terra das cataratas, a nossa região de turismo, a nossa região onde recebe aproximadamente um milhão de turistas por ano e que tem, nessa atividade, a maior fonte de renda de Foz do Iguaçu e que tivesse um carinho especial do Governo do Estado e que fossem tomadas as providências para que melhorasse a situação da segurança pública na região de Foz do Iguaçu. E naquela oportunidade, senhor deputado, fazíamos uma reivindicação, que constava de 10 itens, para que fosse melhorada a segurança em Foz do Iguaçu. E entre esses 10 itens, constava:

(Lê):

1 - Envio imediato de uma força-tarefa de pelo menos 50 homens, tendo em vista o término da operação-verão, até que seja determinado o aumento do efetivo da Polícia Militar.

2 - Remoção imediata de 176 presos condenados que atualmente cumprem pena na cadeia local.

3 - Nomeação imediata de agentes penitenciários para o controle dos 479 presos da cadeia pública.

4 - Reajuste no valor destinado à alimentação dos detentos, fixado atualmente em R\$0,80 por preso/dia.

5 - Nomeação de dois novos delegados para a Polícia Civil, tendo em vista a sobrecarga de trabalho e o acúmulo de funções nas delegacias da cidade.

6 - Implantação do 19º da Polícia Militar (Batalhão de Fronteira) em Marechal Cândido Rondon e consequente criação do Batalhão Metropolitano de Foz do Iguaçu.

7 - Construção imediata de uma penitenciária em Foz do Iguaçu.

8 - Aumento nas cotas de combustíveis e reajuste dos valores destinados à manutenção das viaturas das polícias Civil e Militar.

9 - Renovação e ampliação das frotas de viaturas das Polícias Civil e Militar, tendo em vista que há viaturas com nove anos de uso (fabricadas em 1992) prestando serviços na cidade, com altíssimo custo de manutenção para a comunidade.

10 - Implantação imediata do 4º Distrito Policial, no bairro Três Lagoas”.

Faz 2 meses e nós não tivemos resposta. O Secretário de Segurança Pública foi a Foz do Iguaçu. E hoje recebo uma Moção da Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu, de autoria do vereador Vilmar Andreola, e que vem assinada por todos os vereadores daquele município, dos mais diversos partidos.

E faço questão, senhor presidente, de que esta Moção fique arquivada nos Anais desta Casa.

É neste sentido o requerimento que faço a esta Casa de Lei. Vou pedir licença dos senhores para ler, na sua totalidade, esta Moção.

(Lê):

“REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, REQUER registro nos Anais da Assembleia Legislativa da Moção nº 003/2001, da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, contra a atuação do secretário de Estado da Segurança Pública, nos seguintes termos:

“Moção nº 003/2001 - Protesto Contra a Atuação do Secretário de Estado da Segurança Pública.

Autor: vereador Vilmar Andreola

Vereadores com assento na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, que esta subscrevem vêm por meio deste instrumento legal protestar junto ao Governador do Estado do Paraná, Excelentíssimo Senhor Jaime Lerner, visando providências urgentes quanto à omissão e falta de medidas enérgicas do titular da pasta da Secretaria de Estado da Segurança Pública - José Tavares da Silva Neto - no combate à marginalidade e falta de segurança na grande maioria dos municípios paranaenses, com enfoque especial à cidade de Foz do Iguaçu, que, de orgulhoso Pólo Turístico da Nação, de reconhecimento

internacional, passou a ser caracterizada como uma das cidades mais violentas e fora de controle do País, alcançando o triste recorde nas estatísticas em número de homicídios/assaltos e toda sorte de ilícitos, praticados à luz do dia em plenas vias públicas contra uma população indefesa, amedrontada e os poucos turistas que ainda se aventuram a visitar a terras das cataratas.

A terra das cataratas, menina dos olhos da Tríplice Fronteira, detentora de imensuráveis belezas naturais, somadas às que o homem construiu, assiste impotente seu patrimônio - o turismo - carro-chefe da economia, ser destruído em razão da violência desenfreada que domina o cotidiano de uma cidade que hoje é comandada por marginais e bandidos impunes.

A comunidade de Foz do Iguaçu desesperada e amedrontada clama por um basta nesta situação que já beira às raias do insuportável, apelando por providências urgentes e cabíveis da autoridade competente, através da substituição do atual detentor da pasta da Secretaria de Estado da Segurança Pública por um pulso forte e decidido, capaz de devolver a segurança e tranquilidade que o povo tanto almeja e merece.

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

Assinam:

Vereadores Vilmar Andreola, Cleuza Picouto, Daniel Dois Mil, Chico Brasileiro, Dilton Vitorassi, Nilton Nadai, Ademar Hajak, Professor Sérgio de Oliveira, Ney Patrício, Edson Mezomo, Adilson Rabelo, Marcelinho Moura, Eliseu Ferreira, Rozily de Freitas, Maxciel Pedroni, Arival Malaquias, Hermógenes de Oliveira”.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) ELI GHELLERE”

Concedo aparte ao Deputado Tiago Amorim.

O Sr. Tiago Amorim

Obrigado pelo aparte, Deputado Eli Ghellere.

Recebendo este Ofício assinado por todos os vereadores da cidade de Foz do Iguaçu, retrata a insensibilidade do secretário José Tavares, insensibilidade esta que pudemos presenciar a cerca de 10 dias atrás, quando o secretário José Tavares veio até esta Casa de leis e quando repassamos a ele alguns dados da insegurança pública que é verificada em Cascavel e em Foz do Iguaçu, e ele disse que não tinha conhecimento. Infelizmente, o chamei de incompetente, desinformado e insensível em relação às causas de segurança pública no interior do Estado do Paraná, onde, da mesma forma, lá em Cascavel, assaltos, furtos de veículos, arrombamentos e a criminalidade “galopante”.

O último caso, senhor presidente, que nos deixou estarecidos, foi um ato violento contra uma jovem de dezessete anos, que saía do estabelecimento de ensino e retornava para casa, quando foi violentada sexualmente, onde um dos canalhas introduziu um revólver no seu ânus. Insensível secretário de Segurança Pública, José

Tavares. Faz ou se faz de desinformado em relação às questões alarmantes que estão na fronteira e, evidentemente, não dá respostas positivas diante de tantas situações lamentáveis que estamos constatando. E esta posição da Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu, mostra a indignação da população daquela cidade que respeitamos e que amamos, como Cascavel e o Oeste do Paraná. E demonstra a incompetência desse secretário chamado José Tavares.

Muito obrigado.

O SR. ELI GHELLERE

Obrigado, Deputado Tiago! Obrigado senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Ainda no Horário das Lideranças: PPB, PTB.

(**Declinam**)

Liderança da Oposição.

O SR. IRINEU COLOMBO

PT, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Desculpe! Realmente foi uma falha da Mesa. PT.

O SR. IRINEU COLOMBO

Só quero justificar, senhor presidente, eu estaria usando o Horário do PT, mas vou requerer que seja inscrito no Pequeno Expediente de amanhã ou melhor no Grande Expediente de amanhã, se for possível, atendendo inclusive a solicitação do Senhor Deputado Algaci Tulio, onde terei a oportunidade de falar sobre o endividamento do Estado e todos os escândalos do Governo do Paraná. E também, falar no sentido da CPI da Corrupção, fazendo um contraponto à proposta do Deputado Neivo Beraldin, uma proposta discutida na nossa bancada de Oposição.

Era isso, amanhã retomo o assunto!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vossa Excelência já está inscrito para o Grande Expediente de amanhã.

Liderança da Oposição.

(**Declina**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, devidamente apoiada, constante do expediente. **Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em avulsos, para conhecimento dos senhores deputados.**

Expediente subscrito pelos Deputados Waldyr Pugliesi, José Maria Ferreira, Algaci Tulio, Edson Strapasson e demais deputados, constante do expediente solicitando que a Presidência desta Casa de Leis não faça indicação de membros do Poder Legislativo para comporem a Comissão Especial de Investigação, constituída pelo Poder Executivo, sob pena de desautorizar o ato da Assembléia que constitui a CPI que investiga irregularidades no sistema de telefonia fixa e móvel do Estado do Paraná. **À Comissão Executiva para deliberação.**

Expediente subscrito pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Silvestri, Serafina Carrilho, Ricardo Maia, Divanir Braz Palma e Cezar Silvestri, na qualidade de líderes das Bancadas do PDT, PL, PSB, PST e PPS constante do expediente indicando os nomes dos Senhores Deputados que irão compor a Comissão Especial sobre a América Latina Logística, como titular e suplente. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Senhora Deputada Serafina Carrilho, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1243, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 653/99, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que autoriza a construção do Hospital Regional do Sudoeste, no Município de Francisco Beltrão. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 653/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a construir o Hospital Regional do Sudoeste, no Município de Francisco Beltrão.

Art. 2º - A construção do Hospital ficará sujeita às diretrizes técnicas e da legislação nacional que rege o Sistema Único de Saúde.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 03.04.2001.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 663/97, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que orienta a implantação de distritos municipais ecológicos e dá outras providências. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 014/2001, de 13/03/2001).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 190/2000, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que autoriza o Poder Executivo a incluir no Ensino Fundamental e Médio do Estado do Paraná a leitura da Bíblia Sagrada. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 190/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no currículo do Ensino Fundamental e Médio do Estado do Paraná a leitura da Bíblia Sagrada.

§ 1º - O conteúdo programático da leitura da Bíblia Sagrada terá como objetivos principais a busca e o resgate dos valores humanos.

§ 2º - O desenvolvimento dos conteúdos devem ser baseados em aspectos históricos, filosóficos, culturais e literários.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 03.04.2001.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 059/2001, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Imbaú, com sede e foro em Imbaú. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.**

Emenda - **Aprovada.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 416/2000, de autoria dos Deputados Neivo Beraldin e Basílio Zanusso, que altera as leis que criaram os Municípios de Altônia, Guaíra, Icaraíma, Marilena, Querência, São Jorge do Patrocínio, Porto Rico, São Pedro do Paraná e Vila Alta. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 231/99, de autoria do Deputado Durval Amaral, que proíbe a comercialização de armas de fogo no âmbito do Estado do Paraná e dá outras providências. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. E CP. EMENDA DA CCJ. (Publ. no D.A. nº 040/99, de 10/05/99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO DE JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 231/99

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Durval Amaral, proíbe a comercialização de armas de fogo no âmbito do Estado do Paraná e dá outras providências.

Procedida a análise constitucional e regimental da matéria, verificamos que nada obsta à sua tramitação nesta Casa de Leis, havendo apenas algumas modificações efetuadas no projeto de lei, pelo que somos de parecer favorável, na forma de Emenda Substitutiva Geral, em anexo.

Sala das Comissões, em 30.11.1999.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
PROJETO DE LEI Nº 231/99

Art. 1º - Fica proibida a comercialização de armas de fogo e de armas de brinquedos, que imitem perfeita-

mente uma arma verdadeira e que possa atemorizar ou intimidar, levando a erro, no âmbito do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Os atiradores ou colecionadores cadastrados no Ministério do Exército e outras hipóteses especiais previstas em lei são excessão ao disposto neste artigo.

Art. 2º - O descumprimento do disposto nesta lei acarretará ao infrator as seguintes penalidades, além das sanções penais:

I - multa de 1.000 à 10.000 UFIR's;

II - apresentação do material previsto no artigo anterior;

III - interdição do estabelecimento comercial responsável pela venda ilegal.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 30.11.1999.

(a) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 231/99

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, o presente Projeto de Lei proíbe a comercialização de armas de fogo no âmbito do Estado do Paraná.

Fundamentação

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública entende que a presente proposição contribuirá para minorar a quantidade de armas existentes em nossas ruas, bem como reduzir o número de homicídios registrados pelos órgãos de segurança pública, ligados à posse e ao porte ilegal de armas.

Conclusão

Diante do exposto, somos de parecer favorável, na forma da Emenda Substitutiva.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.12.1999.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando seu arquivamento. **Aprovado.** Fica portanto, arquivado o Projeto de Lei nº 231/99.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 579/99, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cafeara, com sede no Município de Cafeara e foro no

Município de Centenário do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 165/99, de 16/11/99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 579/99

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cafeara, com sede no Município de Cafeara e foro no Município de Centenário do Sul.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e após cumprido o prazo do Artigo 1º, inciso I da Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, onde estabelece a obrigatoriedade da entidade possuir personalidade jurídica há mais de um ano, esta Comissão de Constituição e Justiça manifesta-se favoravelmente à mesma.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 001/2000, de autoria do Deputado Divanir Braz Palma, que cria o Fundo Estadual de Defesa Civil e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, SP E CDH. EMENDAS DA CCJ E SP. ANEXO PROJETO DE LEI 394/2000, DEPUTADO RICARDO MAIA. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 002/2000, de 16.02.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 01/2000

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 01/2000, de autoria do Deputado Divanir Braz Palma, cria o Fundo Estadual de Defesa Civil.

A Constituição Federal, em seu artigo 167, inciso IX, veda a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

Além da exigência da autorização legislativa, a matéria é regulada pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

O artigo 71 da Lei nº 4.320/64 dispõe o seguinte:

“Art. 71 - Constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que, por lei, se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação.”

O fundo rotativo se caracteriza pela obtenção de receita própria, que é utilizada no desenvolvimento das suas operações, gerando novos recursos que são reinvestidos nas suas atividades.

O artigo 72 da Lei nº 4.320/64 prescreve:

“Art. 72 - A aplicação das receitas orçamentárias vinculadas a fundos especiais far-se-á através de dotação consignada na Lei de Orçamento ou em créditos adicionais.”

Fica clara a constitucionalidade e legalidade da matéria apresentada. Contudo, a constituição do fundo, tendo em vista que não há mais possibilidade de se especificar a receita do fundo no Orçamento de 2000, não fez a abertura de crédito adicional para possibilitar o efetivo nascimento do fundo.

Em face do exposto, emitimos nosso parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 01/2000, com a emenda apensa.

Sala das Comissões, em 16.05.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 01/2000**

Acrescenta artigo ao Projeto de Lei nº 01/2000, com o seguinte conteúdo, renumerando-se o artigo subsequente:

“Art. 8º - O chefe do Poder Executivo enviará, à Assembléia Legislativa, projeto de lei para abrir crédito adicional especial destinando recursos para a implementação do fundo de que trata esta lei.”

Sala das Comissões, em 16.05.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 01/2000**

P A R E C E R :

O presente plano de lei, de autoria do Deputado Divanir Braz Palma, tem por objetivo criar o Fundo Estadual de Defesa Civil e dá outras providências.

Tal propositura já mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Esta Comissão de Finanças, chamada a opinar, de acordo com o § 3º do artigo 33 do Regimento Interno, conclui ser ela benéfica às reais necessidades dos municípios atingidos por situações de calamidade pública ou de emergência, garantindo as condições mínimas de bem-estar às populações, merecendo, portanto, nosso parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.06.2000.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 01/2000**

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do Senhor Deputado Divanir Braz Palma, o presente projeto de lei tem como objetivo criar o Fundo Estadual de Defesa Civil - Fundec.

Fundamentação

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública apresenta parecer favorável, na forma da Emenda Substitutiva Geral apresentada pelo autor, atendendo a sugestão enviada pelo Secretário Chefe da Casa Militar e Coordenador Estadual de Defesa Civil, Coronel Luiz Antonio Borges Vieira.

Conclusão

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.2000.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

EDSON STRAPASSON - Relator

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 01/2000**

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito de atuação da Secretaria de Estado da Casa Militar, o Fundo Estadual de Defesa Civil - Fundec, de natureza contábil, com prazo de duração indeterminado, destinado a captar, controlar e aplicar recursos financeiros, de modo a garantir a execução de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas às populações atingidas por desastres naturais ou provocados por ação humana.

§ 1º - As ações preventivas, a que se refere o *caput* deste artigo, compreendem:

I - a elaboração de projetos educativos e de divulgação;

II - a capacitação de recursos humanos, na área de defesa civil;

III - o incentivo a trabalhos técnicos na área;

IV - a redução da vulnerabilidade das áreas de risco;

V - a aquisição e manutenção de materiais, equipamentos e veículos, destinados às ações de defesa civil no Estado.

§ 2º - As ações de socorro, assistenciais e recuperativas compreendem as despesas de custeio operacional e de apoio financeiro às Coordenadorias Regionais de Defesa Civil - Coredec e às Comissões Municipais de Defesa Civil - Comdec, respaldando providências básicas para atendimento durante e após a fase de impacto.

Art. 2º - O Fundec será provido pelos seguintes recursos decorrentes de:

I - dotações orçamentárias consignadas anualmente no orçamento geral do Estado e os critérios adicionais que lhe forem atribuídos;

II - transferência de recursos repassados pelo Estado e União;

III - auxílios, contribuições, doações e legados que lhes sejam destinados;

IV - contribuições, auxílios e subvenções decorrentes de convênios ou acordos com entidades públicas ou privadas, nacionais e internacionais;

V - receitas provenientes da alienação de equipamento ou material inservível;

VI - saldos apurados no exercício anterior;

VII - outros recursos eventuais.

Parágrafo Único - Os recursos do Fundec serão movimentados em conta específica de Banco oficial.

Art. 3º - O Fundo Estadual de Defesa Civil será administrado por uma Junta Deliberativa com a seguinte composição:

I - o coordenador estadual de defesa civil, na qualidade de presidente;

II - o comandante do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná;

III - um representante da Casa Civil;

IV - um representante da Secretaria de Estado da Fazenda e,

V - um representante indicado pelo Procurador Geral do Estado.

Art. 4º - Da aplicação dos recursos do Fundec será realizada prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado, nos prazos e na forma da legislação vigente.

Art. 5º - Constituem requisitos essenciais para a liberação de recursos destinados às ações preventivas, a apresentação dos projetos e planos de aplicação, com as respectivas justificativas, apresentadas pela Comissão Municipal de Defesa Civil.

Art. 6º - Despesas de custeio operacional poderão ser autorizadas ao Coordenador Estadual de Defesa Civil, em casos de situação de emergência ou estado de calamidade pública, até o valor de 1.500 (mil e quinhentas) vezes o piso nacional do salário mínimo vigente no País, *ad referendum* da Junta Deliberativa, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.

Art. 7º - A liberação de recursos destinados às ações de socorro, assistenciais e recuperativas fica condicionada à decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública e conseqüente homologação pelo governador do Estado, nos termos da legislação pertinente.

Art. 8º - Compete à Junta Deliberativa do Fundo Estadual de Defesa Civil:

I - a deliberação sobre as aplicações de recursos;

II - a aprovação de normas e instruções complementares disciplinadoras da aplicação dos recursos, de modo a fixar prioridades para a sua utilização;

III - o encaminhamento à aprovação do governador do Estado da proposta do orçamento anual;

IV - a elaboração do seu Regimento Interno;

V - a definição dos critérios para aplicação de recursos nas ações preventivas;

VI - a análise e aprovação prévia das contas para posterior encaminhamento à apreciação do Tribunal de Contas;

VII - a promoção do desenvolvimento do Fundec e o exercício das ações para o alcance de seus objetivos.

Art. 9º - Compete ao presidente da Junta Deliberativa:

I - presidir as reuniões;

II - convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias;

III - definir a pauta de reuniões;

IV - administrar os recursos financeiros, apresentando à Junta Deliberativa a proposta orçamentária anual e o plano de aplicação;

V - prestar contas da gestão financeira;

VI - preparar e encaminhar a documentação necessária para efetivação dos pagamentos a serem efetuados;

VII - cumprir as instruções e executar as diretrizes estabelecidas pela Junta Deliberativa;

VIII - exercer outras atribuições necessárias à supervisão e fiscalização do Fundec.

Art. 10 - As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 11 - A presente lei será regulamentada pelo Chefe do Poder Executivo Estadual, no prazo de 90 (noventa) dias contados da publicação desta lei.

Art. 12 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22.08.2000.

(aa) DIVANIR BRAZ PALMA - Presidente

EDSON STRAPASSON - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS PROJETO DE LEI Nº 394/2000

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do Senhor Deputado Divanir Braz Palma, o presente projeto de lei tem como objetivo criar o Fundo Estadual de Defesa Civil - Fundec.

Fundamentação

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Segurança Pública.

Chamada a opinar, esta Comissão de Direitos Humanos apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 394/2000, anexado ao Projeto de Lei nº 01/2000, na forma de Emenda Substitutiva Geral apresentada pelo autor.

Conclusão

Diante do exposto, somos de parecer favorável.
É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.04.2001.

(aa) RENATO GAUCHO - Presidente

CUSTÓDIO DA SILVA - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 046/2000, de autoria do Deputado Miltinho Puppio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Novo Itacolomi, com sede e foro em Itacolomi. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 008/2000, de 28.02.2000)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 046/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, tem por objetivo declarar de utilidade pública a APAE de Novo Itacolomi.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis. Apresentamos, sim, emenda corretiva ao projeto para melhorar adequá-lo às normas legislativas.

Assim sendo, somos de parecer favorável, na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 03.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA CORRETIVA
AO PROJETO DE LEI Nº 046/2000

O Art. 1º do presente projeto passará a vigir com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- Apae, de Novo Itacolomi, com sede e foro no Município de Novo Itacolomi.

Sala das Comissões, em 03.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 114/2000, de autoria do Deputado Antonio Carlos Belinati, que dispõe sobre a aquisição de veículos blindados para os Policiais Civil e Militar do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e SP. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 036/2000, de 13.04.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 114/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Antonio Carlos Belinati, tem por objetivo, dispor sobre a aquisição de veículos blindados para as Polícias Civil e Militar do Estado do Paraná.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 30.05.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CESAR SELEME - Relator

COMISSÃO D SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 114/2000

P A R E C E R :**Relatório**

De autoria do Deputado Antonio Carlos Belinati, que dispõe sobre a aquisição de veículos blindados para as Policiais Civil e Militar do Estado do Paraná.

Fundamentação

Sobre a matéria, já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Segurança Pública entende que a presente proposição visa trazer benefícios para o combate ao crime em todas as suas formas de manifestação e com isso equipar melhor a Polícia Civil e Militar do Estado para garantir maior segurança a população.

Conclusão

Diante do exposto, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.06.2000.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 323/2000, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Criança e do Adolescente em Londrina. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, SP, E CDH. **Aprovado. (Publ. no DA nº 132/2000, de 04.10.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 323/2000

P A R E C E R :**Relatório**

De autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar uma Delegacia da Criança e do Adolescente no Município de Londrina.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar, considerando o caráter autorizatório da proposição, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.11.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 323/2000

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, o presente projeto de lei tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar uma Delegacia da Criança e do Adolescente no Município de Londrina.

Fundamentação

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública entende que a presente proposição visa melhorar o nível de vida da região, sendo que é de conhecimento de todos, os problemas enfrentados pelas crianças e os adolescentes na sociedade londrinense.

Conclusão

Diante do exposto, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.11.2000

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
PROJETO DE LEI Nº 323/2000

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, o presente plano de lei autoriza o Poder Executivo a criar uma Delegacia da Criança e do Adolescente no Município de Londrina.

Fundamentação

Sobre a matéria já existe pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Segurança Pública.

Chamada a opinar esta Comissão de Direitos Humanos entende que, com a criação e instalação da Delegacia da Criança e do Adolescente em Londrina, muitos problemas sociais serão resolvidos contribuindo para a melhoria do nível de vida daquela região.

Conclusão

Diante do exposto, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.04.2001.

(aa) RENATO GAUCHO - Presidente

CUSTÓDIO DA SILVA - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1218, de autoria do senhor Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. EDSON STRAPASSON

Para encaminhar, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Para encaminhar, Deputado Edson Strapasson.

O SR. EDSON STRAPASSON

Senhor presidente, senhores deputados.

Esta requerimento de Regime de Urgência, se refere a um projeto que encaminhamos a esta Casa. Exatamente como se trata de uma questão de extrema urgência, em relação à discussão que se trava no IML, quanto à questão da liberação de corpos de cadáveres, solicitamos que nesta Casa possa tramitar em Regime de Urgência, até porque ele tem uma finalidade: caso contrário a questão se agrava a cada dia.

Temos famílias que estão tendo problemas sérios e nós, até em conflito com a legislação municipal de Curitiba, entendemos que esta Casa pode e deve se pronunciar, legislar em relação à questão dos trabalhos e do funcionamento do IML.

Então peço o apoio e a aprovação desse requerimento em regime de urgência para que possamos ter uma participação desta Casa, na questão.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em votação, deputados favoráveis permaneçam como estão. **Aprovado.**

(**Este requerimento entrará na próxima pauta.**)

Requerimento do Deputado Antonio Anibelli, requer seja encaminhado ao doutor Aluísio Pacheco, diretor presidente do IAP.

Consultaria ao Deputado Anibelli, porque o diretor do IAP é o doutor Razera, se Vossa Excelência mudaria o requerimento.

Vou colocar para refazer o requerimento e amanhã estará na pauta, para discutir.

Requerimento nº 1266 de autoria do senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.**

Infelizmente não podemos acolher o requerimento para a data de amanhã, Deputado Durval, tendo em vista que já se encontra inscrito para o horário do Grande Expediente amanhã, o Deputado Irineu Colombo.

Consulto Vossa Excelência se poderia ser para uma outra oportunidade.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, claro que já está inscrito efetivamente no Grande Expediente o Deputado Irineu Colombo.

Entretanto, em entendimento mantido com o Presidente da Casa Deputado Hermas Brandão, nós formalizamos já um convite ao Presidente do Sindicombustíveis, Roberto Fregonese, para que viesse nesta próxima quarta-feira, a esta Assembléia Legislativa.

Só tomei iniciativa de formalizar o convite após entendimento com o presidente da Casa.

Seria muito deselegante da nossa parte desconvidar, efetivamente, o doutor Roberto Fregonese para esta reunião, que já foi agendada previamente com ele.

Então, eu consulto a Mesa da possibilidade de pelo menos ceder, na Sessão de amanhã, quinze minutos para que o doutor Roberto Fregonese possa expor efetivamente os trabalhos desenvolvidos pelo Sindicombustíveis para que a gente possa avançar nesta questão de combate implacável que tem feito o Sindicato à adulteração de combustíveis no Estado do Paraná, enfim, à sonegação fiscal e todo um trabalho que o Sindicato tem feito e que até mesmo a própria Comissão Parlamentar de Inquérito da adulteração de combustível em muito se valeu dos subsídios fornecidos pelo Sindicato, razão pela qual encareço à Mesa para que seja aberta amanhã pelo menos quinze minutos para que o presidente do Sindicato possa vir se manifestar nesta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Tendo em vista manifestação do Deputado Colombo, nós poderíamos determinar a inscrição no Pequeno Expediente de apenas três oradores amanhã, e ficar com o horário do restante do Pequeno Expediente também no Grande expediente que Vossa Excelência pudesse ceder ao apelo do Deputado Líder do Governo, OK?

Muito obrigado. Perfeitamente **Aprovado**, então.

Requerimento nº 1285, de autoria do senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155 do Regimento Interno.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente?

(**Assentimento**)

Apenas, senhor presidente, quero parabenizá-lo pela maneira com que conduziu os trabalhos da Sessão do dia de hoje. A Sessão correu de forma tranqüila e serena.

Vossa Excelência merece aqui, os nossos aplausos.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Muito obrigado.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente?

(**Assentimento**)

Não quero cumprimentá-lo - Pela ordem, porque seria redundante, visto que Vossa Excelência tem se portado sempre bem, assim como o nosso colega Elio Rusch.

Solicito a questão de Ordem, apenas para destacar uma lei que a Assembléia Legislativa acabou de aprovar, aqui, que é a lei que aumenta as divisas dos municípios, em São Pedro do Paraná, Maria Helena, Porto Rico, Querência do Norte, Icaraíma, Vila Alta, São Jorge do Patrocínio, Altônia e Guaíra.

Para que os deputados tenham uma idéia, Querência do Norte possuía 833 km² e com essa lei, passa a ter 1.326 km².

Evidentemente, que aí está um benefício do FPM, mais ICMS para o município, porque um dos itens da receita do bolo de distribuição de ICMS é a área territorial.

Também acrescenta, para esses municípios mais recursos do ICMS ecológico. Quero cumprimentar os senhores deputados pela concordância, porque esta lei é de minha autoria e do Deputado Basílio Zanusso que aqui não está presente mas que nos ajudou, nos prestigiando, em aprová-la na CCJ.

Senhor presidente, também queria, ao mesmo tempo, dizer e agradecer a Liderança do Governo e dos deputados a aprovação da lei que determina os distritos industriais ecológicos. Também é uma alternativa para gerar emprego mais perto da população onde tem a questão ambiental presente.

Naturalmente empresas não poluentes poderão lá se instalar com incentivo fiscal, afim de gerar emprego mais perto da população, mais especificamente aqui na região metropolitana.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, senhores deputados, depois de tanta matéria polêmica e alguns pronunciamentos pesados, nós temos a satisfação, acredito que em nome de toda Casa, cumprir o nosso querido amigo, aniversariante deste dia, o Deputado Kielse, que convida a todos, após a reunião extraordinária, a comparecer no seu gabinete e estender também aquele aperitivo em outro local, que, na oportunidade ele dirá qual é.

Parabéns, deputado.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, quero aproveitar e cumprimentar nosso Deputado Kielse e também convidar a todos os deputados, independentemente de serem deputados da base governista mas inclusive aqueles de Oposição que

quiserem, amanhã estamos iniciando uma prática nova da Liderança do Governo, em trazer secretários de Estado, para despachar com os senhores deputados, na liderança do Governo.

Amanhã estamos convidando a secretária Alcyone Saliba, que estará na Liderança do Governo das 9 até às 11 horas.

Os senhores deputados que quiserem despachar com a secretária, poderão fazê-lo amanhã pela manhã.

Só peço aos senhores deputados que procurem agendar o horário com a secretária da Liderança, haja vista que a gente quer bastante agilidade e resultados, nessas entrevistas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

A mesa se soma às felicitações ao nobre parlamentar, Cleiton Kielse e deseja parabéns e felicidades.

Requerimento nº 1175, de autoria do senhor Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1176, de autoria do senhor Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ FERNANDES LITRO (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, eu não queria entrar no mérito, mas quero dizer que não quero entrar com mandado de segurança na Justiça, esse rapaz tem o mandado da Polícia Civil, tem um estatuto, que não precisava entrar, tiraria ele de dentro da delegacia, mas a sociedade Doisvizinense, da minha cidade, esse ex-policia! está na delegacia de polícia pelo comando do prefeito atual, ele é segurança do prefeito atual, e ele é suspeito daquele atentado que houve na minha cidade contra o prefeito padre e temos um delegado especial que está averiguando o caso, e quando vai ouvir as testemunhas, esta pessoa está dentro da delegacia armado e usando dos carros da polícia por toda a cidade, fazendo patrulhamento, é um ex-policia! com vários processos que tem e está cedido pela prefeitura para o Conselho de Segurança e está dentro da delegacia.

Então, por isso que pedia os votos dos companheiros que enquanto estivesse o delegado especial ouvindo as testemunhas ele não fizesse parte da corporação da polícia porque não é policia! e está cedido para a delegacia.

Pediria ao Secretário de Segurança que o retirasse da delegacia. Já tive uma conversa com o secretário meses atrás e o secretário disse que ele não iria permanecer, mas está permanecendo dentro da delegacia, armado e quando o delegado vai de Pato Branco para ouvir as testemunhas, elas se retraem a depor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em discussão. Em votação. **Aprovado.**

Requerimento nº 1196, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1198 e 1199, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1200, 1223 e 1246, de autoria do Senhor Deputado Divanir Braz Palma, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1202 a 1204 e 1238 a 1241, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1205, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1206 a 1209 e 1263 de autoria do Senhor Deputado Waldyr Pugliesi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1210, 1211, 1257 a 1262, 1269 e 1270, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1276, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, com apoio dos Senhores Deputados Nereu Moura, Waldyr Pugliesi e Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1212 a 1215 e 1242, de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1216, de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1219 a 1221 e 1232, de autoria do Senhor Deputado Edson Strapasson, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1224 a 1228 e 1272, de autoria do Senhor Deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1229 e 1278, de autoria do Senhor Deputado Antonio Baratter, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1230, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1231, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, com apoio dos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1235, 1236 e 1286, de autoria do Senhor Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1244 e 1245, de autoria do Senhor Deputado Custódio da Silva, constantes do expediente. **Encaminhe-se na forma do requerido.**

Requerimentos nºs 1248 e 1274, de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1249, de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1251 a 1256, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1265, de autoria do Senhor Deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1273, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1275, de autoria do Senhor Deputado Eli Ghellere, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1280 a 1284, de autoria do Senhor Deputado Tiago Amorim Novaes, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1193, de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 004, 026, 058, 059, 060/2000, 002 e 016/2001.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 579/99, 001 e 046/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 114, 132, 166, 319/2000, 095 e 124/2001.

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 228/2000

I - exonerar, a pedido, ANTENOR LEMOS DO PRADO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do Deputado Braz Palma, a partir de 1º de julho de 2000;

II - exonerar, a pedido, ROSA MARIA ESTEVES DA COSTA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do Deputado Braz Palma, a partir de 1º de julho de 2000;

III - exonerar, a pedido, OSÓRIO VALTER PIETRÂNGELO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do Deputado Braz Palma, a partir de 1º de julho de 2000;

IV - prover, ANTENOR LEMOS DO PRADO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do Deputado Braz Palma, a partir de 1º de julho de 2000, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

V - prover, ROSA MARIA ESTEVES DA COSTA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do Deputado Braz Palma, a partir de 1º de julho de 2000;

VI - prover, OSÓRIO VALTER PIETRÂNGELO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do Deputado Braz Palma, a partir de 1º de julho de 2000.

(Prot. nº 5949/2000)

Palácio "XIX de Dezembro", em 04.07.2000.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 229/2000

I - exonerar, a pedido, ANTÔNIO CEZAR FÉLIX LEITE, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 1º de julho de 2000;

II - exonerar, a pedido, MAGDA MELLO TEIXEIRA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 1º de julho de 2000;

III - prover, ANTÔNIO CEZAR FÉLIX LEITE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 1º de julho de 2000, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

IV - prover, MAGDA MELLO TEIXEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 1º de julho de 2000.

(Prot. nº 6041/2000)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 230/2000

I - exonerar, a pedido, GRACI NEIDE PEREIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete da Deputada Serafina Carrilho, a partir de 1º de julho de 2000.
Palácio “XIX de Dezembro”, em 06.07.2000.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 231/2000

I - exonerar, a pedido, FRANCIELE POLETO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do Deputado Antonio Carlos Baratter, a partir de 1º de julho de 2000;

II - prover, ALTAIR LUIZ DE MORAES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do Deputado Antonio Carlos Baratter, a partir de 1º de julho de 2000.

(Prot. nº 6059/2000)

Palácio “XIX de Dezembro”, em 07.07.2000.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 232/2000

I - prover, FLÁVIA ELIZA HOLLEBEN PIANA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de julho de 2000.

(Prot. nº 6110/2000)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 233/2000

I - exonerar, a pedido, MARLUCE MARCELINO PECCIN COUTINHO, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de julho de 2000;

II - prover, MARCOS QUERUBIM DE FRANÇA CRUZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de julho de 2000.

Palácio “XIX de Dezembro”, em 10.07.2000.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 234/2000

I - exonerar, a pedido, SIDNEI SANTANA FIÚZA, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do gabinete da 2ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de julho de 2000;

II - prover, MÁRCIA REGINA VENSKEI FIÚZA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do gabinete da 2ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de julho de 2000, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 235/2000

I - exonerar, a pedido, GRAÇA MARIA LIBERATO MARINHO, do cargo em Comissão, símbolo

1GP-4, do gabinete do Deputado Algaci Tulio, a partir de 1º de julho de 2000;

II - prover, JULIANA MARINHO MARTINS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do Deputado Algaci Tulio, a partir de 1º de julho de 2000.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 236/2000

I - prover, RUI CAMARGO DE SOUZA, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Basílio Zanusso, a partir de 1º de abril de 2000;

II - prover, HENRIQUE MONTESCHIO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de maio de 2000.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 237/2000

exonerar, a pedido, os funcionários abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PSB, a partir de 1º de julho de 2000, conforme especifica:

DAS-5: APARECIDA MENDES DA SILVA

DAS-5: EVANILDE GUERRA

2GP-5: LUCIANA SITTA UE

1GP-5: ROSILMA NUNES DE ARAÚJO

1GP-4: MÁRCIA REGINA GUAZZI BELINATI

1GP-4: FLÁVIO MILANEZ THOMÉ

1GP-3: MARCELO SENOSKI DE AZEVEDO

1GP-3: PEDRO PAULO DE DEUS FRANÇA

2GP-2: EDÉZIO TEIXEIRA DA SILVA

1GP-1: IDALINA MENDES DA CRUZ

1GP-1: JÚLIO CÉSAR MENDES DA PENHA

2GP-1: GISLENE APARECIDA BUENO FERREIRA

Atos da Comissão Executiva:

A comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 238/2000

Exonerar, a pedido, BRÍGIDA AURORA VALVERDE DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de julho de 2000.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 239/2000

I - exonerar, a pedido, FABRÍCIO DUARTE HOLOVKA, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, do gabinete da 5ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de julho de 2000;

II - prover, CEZAR MATTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, do gabinete da

5ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de julho de 2000, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 177, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970;

III - exonerar, a pedido, MARCO ANTÔNIO GROTT, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do Deputado Luiz Carlos Zuk, a partir de 1º de julho de 2000;

IV- prover, TÉRCIO DE MATTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do Deputado Luiz Carlos Zuk, a partir de 1º de julho de 2000.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 242/2000

I - exonerar, a pedido, ENERZON DARCY HARGER VIEIRA, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Antonio Carlos Baratter, a partir de 1º de julho de 2000;

II - prover, ENERZON DARCY HARGER VIEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do Deputado Antonio Carlos Baratter, a partir de 1º de julho de 2000;

III - prover, MICHELINE MAGALI BATTISTI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do Deputado Antonio Carlos Baratter, a partir de 1º de julho de 2000.

Palácio XIX de Dezembro, 10.07.2000.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
HERMAS BRANDÃO - 1º Secretário
AUGUSTINHO ZUCCHI - 2º Secretário

Pedidos de Adesão:

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PEDIDO DE ADESÃO

DIONÍCIO ALVES, matrícula nº 40065, endereço Travessa B, nº 155, bairro Sítio Cercado - Curitiba-PR, remuneração mensal estimada R\$486,94, CPF: 516.846.756-34, telefone: 289-6479, data de nascimento: 09.09.1963.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, mui digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº , de 02 de maio de 2001, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: nível 061.

(Prot. nº 4410)

Curitiba, em, 07.05.2001.

(a) DIONÍCIO ALVES

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PEDIDO DE ADESÃO

JEAN MARRY DONATO, matrícula nº 40223, endereço Rua Januário R.Rocha, 04, Município de Piraquara - bairro Jardim Holandês -PR, CPF: 232.381.009-04, telefone: 667-6214, data de nascimento: 19.12.1947.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, mui digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº , de 02 de maio de 2001, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: nível 061.

(Prot. nº 4446)

Curitiba, em, 08.05.2001.

(a) JEAN MARRY DONATO